

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ANA BÁRBARA MOREIRA TESCHE

SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO NORTE-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA

Porto Alegre

2014

ANA BÁRBARA MOREIRA TESCHE

SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO NORTE-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

Porto Alegre

2014

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Esta foi uma experiência enriquecedora e de plena superação. Para aqueles que compartilham comigo deste momento, pareceu uma tarefa interminável e enigmática que só tornou-se realizável graças as muitas pessoas que participam, direta ou indiretamente deste momento. E é a essas pessoas que gostaria de agradecer:

À minha família. Aos meus pais, Leomar e Adelaide, que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida; à minha irmã pelos momentos de risada e apoio; ao meu namorado e melhor amigo Rafael, pelo companheirismo, incentivo, apoio, compreensão, e paciência nos momentos de cansaço. Um agradecimento especial pelas palavras doces e pela transmissão de confiança e de força, em todos os momentos. Por tudo, a minha enorme gratidão!

Aos colegas e amigos que conquistei durante o curso. Em especial aos amigos Renata Anunciato, Thiago Oliveira e Luciana Wietchikoski. Pelos momentos de dificuldade e de alegria que passamos juntos, apoio e sugestões durante a composição desse trabalho, meu sincero agradecimento.

A CAPES, por ter me concedido a bolsa de estudos sem a qual esta pesquisa não poderia ser realizada. A todos os demais professores da UFRGS pela competência e disposição em compartilhar experiências.

Agradeço, por fim, ao meu orientador, professor Eduardo Svartman: obrigado por ter me acolhido como orientanda, pelos momentos de discussão, conhecimentos compartilhados e importantes sugestões, pela acessibilidade, cordialidade e simpatia demonstradas, pela confiança que sempre me concedeu e pelo permanente estímulo que, por vezes, se tornaram decisivos em determinados momentos da elaboração desta dissertação, pelo interesse evidenciado, incluindo o acompanhamento ao longo do meu percurso acadêmico e por ter suportado minha difícil decisão de viajar à Genebra em meio à fase final de redação.

A realização desta dissertação marca o fim de uma importante etapa da minha vida. Mais uma vez obrigado a todos aqueles que contribuíram de forma decisiva para a sua concretização.

RESUMO

Este trabalho analisa o “movimento de securitização” ambiental no sistema internacional, a partir da ação dos Estados Unidos como ator securitizador. Tendo como base as proposições de Buzan, Waever e Wilde, investiga-se as definições e critérios estabelecidos pelo discurso norte-americano ao enunciar as mudanças ambientais como uma ameaça existencial à sua segurança e a evolução deste discurso ao longo das duas últimas décadas, onde o aparelho militar burocrático norte-americano formula o conceito de segurança ambiental como uma maneira de legitimar o governo em face à sensibilidade da população norte-americana.

Palavras-chave: Segurança Internacional – Securitização ambiental – Estados Unidos

ABSTRACT

This paper analyzes the environmental "securitization movement" in the international system, from the action of the United States as securitizer actor. Based on the propositions of Buzan, Waever and Wilde, investigates the definitions and criteria established by the north-American discourse by articulating environmental change as an existential threat to its security and the evolution of this discourse over the past two decades, where the north-American military bureaucratic apparatus formulated the concept of environmental security as a way to legitimize the government in view of the sensitivity of the American population

Keywords: International Security – Environmental securitization – United States

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
MEMORIAL.....	11
1. SEGURANÇA INTERNACIONAL: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE.....	12
1.1 Perspectivas teóricas nos Estudos de Segurança	12
1.1.2 Abordagens críticas de segurança	14
1.1.3 Segurança Humana.....	15
1.1.4 A visão abrangente ou moderna	16
1.2 A evolução do debate ambiental.....	18
1.3 Segurança e meio ambiente: abordagens e perspectivas	23
2. A ESCOLA DE COPENHAGUEN E A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO	27
2.1 Segurança e a estrutura setorial	27
2.2 Securitização e análise de discurso: metodologia.....	30
ARTIGO: SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO NORTE-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA	33
3. AS UNIDADES GOVERNAMENTAIS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL.....	34
3.1 Departamento de Defesa.....	34
3.2 Departamento de Estado.....	36
3.3 Agência de Proteção Ambiental	36
4. MAPEANDO O DISCURSO	38
4.1 Objetivos gerais da <i>National Security Strategy</i>	39
4.2 Questões ambientais na <i>National Security Strategy</i>	40
4.2.1 O governo George H. W. Bush	40
4.2.2 O governo Bill Clinton.....	42
4.2.3 O governo George W. Bush	44
4.2.4 O governo Barack Obama	45
5. DISCURSOS PRESIDENCIAIS	47
5.1 Discursos de George W. H. Bush	48
5.2 Discursos de Bill Clinton.....	48
5.3 Discursos de George W. Bush.....	51
5.4 Discursos de Barack Obama.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS.....	62

INTRODUÇÃO

Mudanças ambientais, mudanças climáticas globais, disputas sobre recursos naturais não renováveis ou escassos, podem gerar confrontos entre Estados, afetando suas dinâmicas de interação. É neste limiar que a segurança ambiental passa a ter espaço nas discussões das relações internacionais contemporâneas e na Ciência Política, com um papel central nas agendas governamentais. Comunidades epistêmicas, movimentos sociais, departamentos governamentais, e organizações internacionais, emergiram do discurso ambiental, e podem influenciar o nível de importância dos recursos naturais e meio ambiente, gerando a securitização ambiental através do discurso dos Estados.

Determinados temas podem ser introduzidos na agenda internacional, tanto através de atores estatais como por outros atores. Neste sentido, um determinado tópico pode ser incluído como parte da segurança internacional, por ser considerado mais importante do que outros assuntos e levado ao nível de prioridade, não necessariamente por que é uma ameaça, mas por que o discurso o elevou a este nível (BUZAN; *et al*, 1998).

O presente artigo propõe-se a estudar a segurança ambiental, sua vertente teórica e quais as implicações deste conceito por parte dos Estados Unidos. O problema de pesquisa que motivou este estudo foi inicialmente formulado da seguinte maneira: *como e por que questões ambientais entraram na agenda de segurança norte-americana?* Para responder a esse questionamento, este trabalho procura descrever a relevância que a segurança ambiental alcançou para a política internacional contemporânea, e como ela ganha destaque ao tornar-se um tópico na agenda de atores políticos norte-americanos no pós-Guerra Fria.

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos enfrentavam o medo de um ataque nuclear em seu território, juntamente com ameaças ao seu estilo de vida, elevação dos preços do petróleo na década de 1970, e florescimento dos tigres asiáticos, já eram tópicos considerados ameaças à segurança do país. Com o fim de uma ameaça nuclear direta, nos anos 1990 estas questões econômicas e ambientais assumiram uma posição de maior destaque, tanto política quanto militarmente na agenda de segurança nacional.

A hipótese que se propõe à responder as perguntas deste artigo é a que segue: O aparelho militar burocrático norte-americano formula o conceito de Segurança Ambiental como uma maneira de legitimar o governo em face à sensibilidade da população norte-americana, introduzindo problemas ambientais como ameaças à segurança nacional dos

Estados Unidos. O artigo pretende mostrar o desenvolvimento da securitização por meio da consideração dos discursos e documentos produzidos pelos setores da burocracia governamental americana.

A Escola de Copenhague é notoriamente conhecida por ter desenvolvido o conceito de securitização, que vem sendo empregado nas discussões de segurança internacional. Para a teoria da securitização, a segurança deve ser entendida como um ato da fala, ou seja, ao anunciar que determinado assunto é um problema de segurança, este passa assim a ser um assunto a ser tratado como um problema de segurança¹. Um ator securitizador, ao afirmar que um objeto referente particular é considerado uma ameaça existencial, afirma um direito a medidas extraordinárias para garantir a sobrevivência do objeto referente.

Ao securitizar determinado assunto, este é movido para fora da esfera da política normal e passa a pertencer a uma política de emergência, onde é tratado sem as regras e normas de formulação de políticas normais. Vale ressaltar que a segurança é considerada uma prática auto referencial, ou seja, determinados conceitos só são compreendidos dentro de sua esfera de abrangência. (BUZAN; *et al.* 1998; TANNO, 2003)

A teoria da securitização tem se mostrado muito útil para explicar como surgem, de uma forma simplificada, os problemas de segurança, os processos através dos quais alguns fenômenos são alçados à agenda de segurança e porque outras questões deixam de ser consideradas em termos de segurança. Um exame aprofundado dos pontos fortes e das falhas presentes nesta teoria, bem como a metodologia adequada para aplicá-la a problemas empíricos, são de extrema relevância para o estudo da política internacional e da ciência política.

Para isso serão analisadas as abordagens ambientais nos discursos governamentais, através da metodologia da análise de discurso². De que maneira são introduzidas estas questões? O meio ambiente apenas aparece como mais uma questão a

¹ É o poder discursivo de securitização, que reúne atores e objetos: *atores securitizadores* são definidos como “atores que securitizam problemas ao declarar alguma coisa - um objeto referente - existencialmente ameaçada”, *objetos de referência* como “coisas que são vistas como existencialmente ameaçadas e que têm o direito legítimo de sobrevivência” (BUZAN; HANSEN, 2009, p.214). Portanto, “o processo de securitização é o que na teoria da linguagem é chamado de ato de fala” (BUZAN; WAEVER; DE WILDE, 1998, p.26).

² Análise do discurso é uma prática especializada em analisar construções ideológicas presentes em um texto. De acordo com uma das leituras possíveis, discurso é a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu *contexto* histórico-social, suas condições de produção; significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m).

ser discutida ou está relacionado diretamente a questões de segurança? As fontes empregadas para analisar o discurso governamental norte-americano são, primeiramente a *National Security Strategy*, produzida pelo poder executivo de cada administração e submetido ao Congresso, buscando pautar as futuras ações do Estado, especificamente no que concerne à segurança estatal. E em seguida o *State of the Union Address*, discurso anual proferido pelo presidente ao Congresso dos Estados Unidos, com o objetivo de informar as propostas políticas gerais para o próximo ano legislativo – nos quais encontram-se menções à problemática ambiental.

Segundo as discussões da Escola de Copenhague, seria através de discursos, que atores interessados em proteger determinados objetos de referência conseguem incluí-los na agenda de segurança nacional. O conceito entendido hoje como segurança ambiental surgiu como um debate acadêmico e um conjunto de políticas nacionais e internacionais, e como uma das consequências do fim da Guerra Fria. Com o fim da ameaça do comunismo fez-se a necessidade de novas ameaças para a segurança do Estados Unidos, e a segurança ambiental tornou-se rapidamente uma questão importante para os estudos de segurança no pós-Guerra Fria.

MEMORIAL

Este memorial tem o objetivo de realizar a discussão teórica e metodológica, que serve de base para parte empírica deste trabalho, relato de pesquisa apresentado em forma de artigo, atendendo às determinações regimentais do Programa de Pós Graduação em Ciência Política e que visa a submissão a um periódico acadêmico. Como escopo teórico para este trabalho, será utilizada a teoria da securitização da Escola de Copenhague. O arcabouço teórico desta escola possibilita a incorporação de questões não estritamente militares nos estudos de segurança, até então tradicionalmente baseados em ameaças militares. Segundo a escola, o que definimos como ameaças lineares à segurança, refletindo a transformação do pós-Guerra Fria.

No item um deste memorial discutimos brevemente a evolução histórica dos estudos de segurança (períodos conhecidos como Era de Ouro e Renascença), as diferentes correntes teóricas que o campo apresenta (tradicionalistas, críticos e abrangentes) e a evolução do debate ambiental e sua incorporação nos estudos de segurança. O item dois deste memorial detalha o problema de pesquisa da dissertação, a hipótese, e situa o trabalho na bibliografia especializada, aprofundando a discussão e abordagens dentro setor ambiental e por fim o conceito de securitização e análise do discurso que servirão de abordagem metodológica para o artigo de conclusão de mestrado.

1. SEGURANÇA INTERNACIONAL: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

1.1 Perspectivas teóricas nos Estudos de Segurança

O campo dos Estudos Estratégicos de Segurança³ pode ser considerado relativamente novo, uma vez que as maiores contribuições começaram a partir das duas guerras mundiais, tanto por militares quanto por civis. As contribuições desta época abriram caminho para a chamada “Era de Ouro” dos estudos de Segurança, que abrangeram o período de 1955 a 1965⁴ (WALT, 1991; WILLIAMS, 2008). Foi neste período que a questão nuclear ganhou importância quase que absoluta dentro da Segurança Internacional, produzindo inúmeros trabalhos e envolvendo assuntos como controle de armas, estabilidade, políticas, coerção e os limites da guerra nuclear, tornando-se um campo de estudos interdisciplinares.

Apesar da produção intelectual desta época ter mapeado a maioria das informações relevantes para a segurança internacional, criando uma base para recomendações, conclusões e uma definição bastante estreita com a política, ainda era possível visualizar várias limitações a segurança, como a chamada teoria da dissuasão em que a tendência do campo era ignorar as fontes não-militares da tensão internacional⁵. (KRAIG, 1999; WALT, 1991; POWELL, 2003)

A partir de 1965, os Estudos de Segurança entraram em um período de declínio. Nesta época a teoria da dissuasão⁶ já estava clara e parecia sem resolução, “embora as

³ “[...] dentro da academia de Relações Internacionais, a segurança foi fundida com “o Estado”. Ainda mais especificamente, foi fundida com uma particular concepção do “interesse nacional”, tal como estabelecida na Lei de Segurança Nacional dos EUA de 1947” (WILLIAMS, 2008, p. 7).

⁴ “Segundo alguns analistas, o campo teve a sua “Era de Ouro” durante os anos 1950 e 1960, quando estrategistas civis apreciavam relativamente as ligações próximas com os governos ocidentais e as suas políticas externas e de segurança” (WILLIAMS, 2008, p. 3).

⁵ Para maiores informações sobre a teoria da dissuasão, consultar POWELL, Robert. Nuclear deterrence theory, nuclear proliferation, and national missile defense. **International Security**, 2003. Vol.27, Nº 4, p. 86–118; e KRAIG, Michael R. Nuclear deterrence in the developing world: a game-theoretic treatment. **Journal of Peace Research**, 1999. Vol. 36, Nº2, p. 141–167.

⁶ Para Powell, “na década de 1950 e início de 1960, estrategistas e formuladores de políticas anteciparam a chegada de uma condição tecnológica de destruição mútua assegurada, em que tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética poderiam lançar um ataque nuclear devastador, mesmo após a absorção de um ataque nuclear massivo. Seguramente, forças de ataque secundárias tornariam impossível a defesa, e nem o Estado poderia fisicamente se proteger de um ataque. Consequentemente, ambos os estados teriam que responder a dissuasão, para dissuadir os outros da tentação de atacar” (2003, p. 88). Já para Kraig, a teoria da dissuasão “explora os usos ofensivos e defensivos de armas nucleares, bem como a eficácia esperada dessas armas cumprirem qualquer papel. Como vários estudiosos têm observado, quando a natureza das armas reforça o papel da ofensiva e enfraquece o poder de defender, cada lado se torna relativamente aberto ao ataque. Em seguida, torna-se um perigo real à medida que cada lado tenta antecipar-se ao outro. Além disso, mesmo se a guerra não se concretize, o resultado provável é uma corrida de armas longa e instabilidade internacional, cada Estado tenta adquirir armamento superior para melhorar suas chances em qualquer futuro primeiro ataque. Esse processo tem recebido tratamento acadêmico extenso e geralmente é conhecido como o ‘medo recíproco de um ataque surpresa’. Finalmente, se as capacidades ofensivas são

doutrinas e os programas de armas ainda pudessem ser e foram debatidos, os avanços exigiriam novas abordagens conceituais ou ferramentas analíticas mais avançadas” (WALT, 1991, p. 216). Os Estudos de Segurança também foram deixados de lado em função da Guerra do Vietnã, fato que os tornou impopulares em diversas universidades.

Em meados dos anos 1970, com o fim da Guerra do Vietnã e a primeira publicação do periódico *International Security*, os estudos de Segurança tiveram o seu período de “Renascença”, marcado pelas análises históricas, e a partir delas regenerando e criando novas teorias. Documentos importantes foram publicados e a partir deles foram feitas novas análises históricas e políticas a respeito de eventos como as duas grandes guerras mundiais, já outros documentos importantes foram desclassificados.

Mesmo não tendo sido formulada neste período, a teoria da dissuasão foi uma das teorias que continuaram provocando debates, sendo contestada pela teoria da organização e por uma série de estudos históricos. A transformação também ocorreu dentro da política nuclear, uma vez que os civis passaram a ter acesso a dados e a métodos de análise, dando base empírica para o campo de estudos. (WALT, 1991)

As questões de segurança nacional também foram reavivadas, e conceitos centrais como segurança estatal e nacional, passaram a ser alinhados. Aliado aos demais fatores, esteve a crescente importância dos Estudos de Segurança no meio acadêmico, e o melhor acesso à informação, sendo uma condição necessária para o crescimento do campo.

O renascimento dos estudos de Segurança foi bem determinado. Refletiu um clima político, em que o problema da segurança nacional cada vez mais se tornou apreciado, as instituições acadêmicas tornaram-se mais receptivas para trabalhar nesta área. Embora a Renascença tenha começado antes da recente onda de apoio financeiro, essas subvenções sustentaram o seu crescimento. Maior acesso a informações e perícia civil, foram ao mesmo tempo causa e efeito, juntamente com o casamento entre os estudos de Segurança e as ciências sociais. O resultado foi o ressurgimento de um subcampo importante das relações internacionais de uma forma nova e melhorada (WALT, 1991, p. 222).

dominantes, podem ser usadas por um agressor em forma de ‘chantagem’ ou obrigar um fraco adversário com uma ameaça de punição severa se as questões não são resolvidas a favor do Estado ameaçado” (KRAIG, 1999, p. 142).

Com o período da Renascença surgiram diferentes debates e teorias dentro dos estudos de Segurança⁷, uma classificação possível para esses estudos é a que os dividem em tradicionalistas, críticos e abrangentes⁸.

1.1.1 A abordagem tradicionalista

Os tradicionalistas apresentaram uma visão muito próxima daquela já conhecida como realista no que toca à Teoria das Relações Internacionais, defendendo que os estudos de Segurança deveriam ficar vinculados às questões militares e apresentar o Estado como unidade de análise central (BUZAN; HANSEN, 2009).

Os autores da corrente realista baseiam seus estudos na estrutura do Sistema Internacional. Eles defendem que a anarquia existente nesse sistema gera aspectos que levam a uma perspectiva pessimista acerca dos estudos das Relações Internacionais. A insegurança a respeito das ações de outros Estados e seu poderio militar, são alguns desses aspectos. A corrente realista se divide em dois segmentos, mostrando que existe uma facilidade de adaptação por parte da teoria. O realismo ofensivo, defendido por Mearsheimer, que acredita que todos os Estados agem ofensivamente no intuito de desbalancear a distribuição de poder em seu favor; já o realismo defensivo, defende que os Estados primam pela manutenção do *status quo*, sendo Waltz seu autor mais proeminente (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2008).

1.1.2 Abordagens críticas de segurança

Diferentemente, a visão mais crítica dos estudos de segurança foi desenvolvida a partir dos trabalhos da Escola de Frankfurt⁹, que acredita que existem outros valores que

⁷ Apesar do artigo de Walt situar as diversas abordagens de segurança ao longo do tempo de forma clara e abrangente, Kolodziej (1992) critica a abordagem de Walt, de que esta seria focada na segurança nacional norte-americana e muito limitado na agenda tradicional. Crítica também, a visão de que ao ampliar-se a agenda de segurança internacional para temas específicos como poluição, doenças e recesso econômico não acrescentariam muito aos estudos de segurança. O debate completo encontra-se em: KOLODZIEJ, Edward A. Renaissance in Security Studies? Caveat Lector! **International Studies Quarterly**. v. 36, n.º. 4, 1992, pp. 421-438.

⁸ Para uma melhor visualização da cronologia dos Estudos de Segurança ver os capítulos dois e nove em WILLIAMS, Paul D. (Ed). **Security studies: an introduction**. London and New York: Taylor & Francis Group, 2008.

⁹ “Os teóricos críticos da Escola de Frankfurt enfrentaram a ortodoxia da ciência social ocidental, com uma perspectiva holística, influenciados por alguns elementos hegelianos/marxistas e energizados por uma sofisticada noção de dialética” (GEORGE; CAMPBELL, 1990, p. 277). Para informações mais detalhadas sobre a teoria crítica, ver: GEORGE, Jim. CAMPBELL, David. Patterns of Dissent and the Celebration of

deveriam ser priorizados pela academia, entre eles igualdade e liberdade (TANNO, 2003). Esta abordagem também é conhecida a partir do termo “realismo emancipatório”.

Para os teóricos críticos de segurança, os Estados não devem ser o centro da análise, porque não só são extremamente diferentes em caráter, mas eles também são parte do problema de insegurança no sistema internacional. Eles podem ser fornecedores de segurança, mas eles também podem ser uma fonte de ameaça ao seu próprio povo. Segundo essa visão, portanto, a atenção deve ser centrada no indivíduo e não ao Estado. Desde modo, argumentam que os Estados são um meio e não os fins da política de segurança e, portanto, eles não devem ser o centro dos estudos acadêmicos, bem como da prática política. (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2008).

Isso leva estes teóricos a considerar outros objetos referentes além do Estado, ampliando a compreensão da segurança, a fim de considerar uma série de inseguranças enfrentadas por uma matriz de objetos referentes. Neste sentido, os teóricos críticos de segurança não “securitizam” questões, mas “politizam” a segurança.

1.1.3 Segurança Humana

A visão tradicional do termo Segurança Humana está ligada a direitos básicos individuais, ou ligados a questões humanitárias como genocídio, crimes de guerra e abolição do uso de armas. Contrariamente à como o conceito foi inicialmente pensado, a visão mais abrangente de Segurança Humana, acredita que devem ser incluídas questões econômicas, ambientais e sociais que possam degradar os padrões de vida dos seres humanos. Esta visão abrangente está conectada com um forte senso de justiça social, bem como, com uma ampliação do que se pode considerar uma ameaça, potencial ou real, aos indivíduos¹⁰ (HAMPSON, 2008).

Este conceito de Segurança Humana tenta ampliar e substituir a ideia de segurança nacional tradicional, considerando uma gama de ameaças (reais e potências) para a sobrevivência dos indivíduos. O objeto de referência passa a ser o próprio indivíduo¹¹,

Difference: Critical and Social Theory and International Relations. **International Studies Quarterly**, 1990. Vol. 34, No. 3, pp. 269-293.

¹⁰ Hampson define Segurança Humana como “proteger as liberdades fundamentais [...] Significa proteger as pessoas de ameaças e situações críticas (graves) e difusas (generalizadas). Isso significa utilizar-se de processos que constroem pontos fortes e aspirações nos indivíduos. Significa a criação de sistemas políticos, sociais, ambientais, econômicos, militares e culturais que, juntos, dão às pessoas, blocos de construção de sobrevivência”. (HAMPSON, 2008, p.232)

¹¹ “Do ponto de vista dos “objetos” da segurança, há uma postulação explícita para que se abandone o estado como o referente empírico mais importante para a consideração de problemas de segurança,

onde os desafios globais de segurança passam a afetar a segurança dos indivíduos e não apenas dos Estados. O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) publicado em 1994 identificou tráfico de drogas, migração, terrorismo e armas de destruição em massa como as maiores ameaças à segurança humana¹² (CEPIK, 2001; HAMPSON, 2008).

A Segurança Humana vem crescendo como teoria e metodologia. As diferentes abordagens podem muitas vezes parecer incoerentes, pois parte dos acadêmicos ainda estão preocupados com a definição de Segurança Humana, sua organização enquanto disciplina e até mesmo suas diferentes tipologias. (HAMPSON, 2008)

1.1.4 A visão abrangente ou moderna

Durante a década de 1980, a chamada Escola de Copenhague, ou vertente abrangente, veio para constituir uma posição intermediária nos estudos de segurança. O Estado ainda é visto como ator central (igualmente tradicional em local de investigação), mas por outro lado inclui aspectos da chamada segurança humana, como a ampliação do conceito de ameaça. (BUZAN; HANSEN, 2009).

A Escola de Copenhague foi criada em 1985 com a finalidade de promover estudos para a paz, e atualmente constitui referência na área de segurança internacional. O início de seus trabalhos vinculam-se tanto ao debate acadêmico da área dos anos 80, quanto aos anseios de repensar a inserção do continente europeu na ordem internacional no pós-Guerra Fria. Naquela época, como ainda hoje¹³, a Escola tinha como objetivo criar um

colocando em seu lugar as demandas de segurança dos indivíduos, dos grupos sociais destituídos (minorias étnicas, pobres, outros segmentos excluídos na população), da humanidade como um todo e até mesmo da biosfera. A própria definição do que seriam os problemas “reais” de segurança deveria deslocar-se, segundo a abordagem da *human security*, da capacidade de neutralizar ameaças de tipo predominantemente militar para a neutralização das ameaças à vida humana que são resultantes da degradação ambiental, da instabilidade econômica e da desintegração de laços sociais. Modificando-se a percepção do que seriam as ameaças “reais” à segurança das pessoas, os instrumentos e instituições capazes de prover segurança também deixariam de depender principalmente dos meios de força controlados pelos estados soberanos de base territorial e suas alianças militares tradicionais, tais como a organização do Pacto de Varsóvia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)” (CEPIK, 2001, p.14).

¹² Para um maior entendimento acerca da contribuição, evolução e história das Nações Unidas no que diz respeito à Segurança Humana, ver: MacFARLANE, Neil S; KHONG, Yuen Foong, **Human Security and the UN: A Critical History**. Bloomington: Indiana University Press, 2006.

¹³ “No início de seus trabalhos, a Escola de Copenhague continuou a utilizar o conceito de segurança atrelado à lógica realista. Adotando a teoria desenvolvida por Barry Buzan, que postulava que os estudos de segurança deveriam incluir as ameaças derivadas dos setores econômico, político, societal e ambiental, mas deveriam manter o Estado como unidade principal de análise, os trabalhos da Escola mantiveram-se, assim, atrelados ao realismo” (TANNO, 2003, p. 55).

conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente (TANNO, 2003).

Uma série de fatores como o fim pacífico da Guerra Fria, o crescimento dos conflitos interestatais, o medo das sociedades ocidentais perante a imigração, o ambiente decadente e de aceleração da epidemia de HIV/AIDS, mostraram que as demais visões não puderam explicar o cenário do pós-Guerra Fria, no que diz respeito aos diversos tipos de atores que ‘solicitam proteção’ (BUZAN; HANSEN, 2009).

Anteriormente à redefinição do conceito, feita pela corrente abrangente, o debate dirigiu-se para a discussão sobre as áreas em que poderia ser aplicada, baseando-se principalmente na publicação de Barry Buzan em 1983, intitulada *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*¹⁴, sendo reeditada em 1991 e passando a ser intitulado *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Na obra foram definidos cinco setores de análise sobre os quais se podem pensar as questões de segurança: o societal, o econômico, o militar, o político e o ambiental, onde existem objetos específicos de referência¹⁵ que podem ter a sua segurança ameaçada (BUZAN; WAEVER; DE WILDE, 1998). A Escola modificou alguns de seus conceitos no livro *Security: a New Framework for Analysis* de 1998, onde “os trabalhos da Escola de Copenhague passaram por um ponto de inflexão, ao adotarem uma perspectiva teórica que pode ser descrita como pós-construtivista¹⁶” (TANNO, 2003, p. 57).

Com o fim da Guerra Fria as abordagens na segurança internacional foram ampliadas de uma forma geral, e mesmo passando por uma crise em função do período,

¹⁴ As principais obras da Escola de Copenhague segundo Tanno (2003) são: *European Polyphony: Perspectives beyond The East-West Conflict* de Ole Wæver, Pierre Lemaitre e Elzbieta Tromer (ed.) (1989), *The European Security Order Recast* de Barry Buzan, Pierre Lemaitre, Elzbieta Tromer e Ole Wæver (1990), *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era* de Barry Buzan (1991), *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* de Ole Wæver, Barry Buzan, Morten Kelstrup e Pierre Lemaitre (1993), e *Security: a New Framework for Analysis* de Ole Wæver, Barry Buzan e Jaap de Wilde (1998).

¹⁵ Objetos de referência são, segundo Buzan, “coisas que são vistas como existencialmente ameaçadas e que tem uma reivindicação legitimada de sobrevivência” (BUZAN; WAEVER; DE WILDE, 1998, p.36).

¹⁶ “A noção de que as relações internacionais não só são afetadas por um poder político, mas também pelas ideias, é também partilhada por escritores que se descrevem como "construtivistas" teóricos. Segundo essa visão, as estruturas fundamentais da política internacional são sociais e não estritamente materiais. Isso leva os Construtivistas Sociais a argumentarem que as mudanças na interação social entre os Estados pode trazer uma mudança fundamental para uma maior segurança internacional” (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2008, p.234).

os estudos de segurança¹⁷ conseguiram definir um modelo de "segurança internacional" em que todos os teóricos contemporâneos pudessem se relacionar.

A segurança internacional não deixou de ser um fator relevante nas relações internacionais ou na ciência política, pelo contrário, acabou se tornando uma área de estudos disputada, gerando debates entre perspectivas anteriormente opostas, e onde a maioria dos autores concorda que a segurança é um conceito "contestado". (BUZAN; HANSEN, 2009).

Em função disso, a definição de segurança pode ser considerada ampla e vista por diferentes lentes como a Segurança Humana, os Estudos Críticos de Segurança, a Escola de Copenhague, Estudos Construtivistas de Segurança, e assim por diante, por isso argumenta-se que diferentes perspectivas devam ser incluídas e discutidas, porém, onde o foco principal de investigação deve recair ainda existe uma grande discordância: se sobre a “pessoa”, a esfera “nacional”, ou de segurança “internacional”. (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2008; BUZAN; HANSEN, 2009).

1.2 A evolução do debate ambiental

No início dos anos 1950, a política ambiental passou a se expandir e problemas ambientais adquiriram uma dimensão de debate internacional. A década de 1960 refletiu o movimento contra cultural e radical da época, com maior reação pública, o surgimento de grupos e organizações não-governamentais (ONGs), como o *World Wildlife Fund* (WWF) e *Greenpeace*, e publicações na área como o livro “Primavera Silenciosa”¹⁸, de Rachel Carson (VOGLER, 2008; LEIS, D'AMATO, 1994)

Temas relacionados à conservação e à proteção do meio ambiente, como, por exemplo, alterações climáticas, poluição, escassez e avanço do nível do mar, passaram a integrar a agenda internacional e da ciência política, tanto no campo acadêmico quanto no campo diplomático. No ano de 1968 surge o chamado Clube de Roma¹⁹, que em 1972

¹⁷ “A proposta de ampliar as perspectivas de aprofundamento de um lado e do conceito tradicionalista de segurança, por outro, depois da Guerra Fria, significa que “segurança” como uma extensão muito maior se torna o terreno conceitual e disciplinar de ambos” (BUZAN; HANSEN, 2009, p.262).

¹⁸ O livro lançado em 1962 influenciou fortemente “as agendas conservacionistas e de combate à poluição, por realçar os danos infligidos a vida das aves por pesticidas industriais como o DDT” (VOGLER, 2008, p.355).

¹⁹ “O Clube de Roma funciona como uma plataforma que reúne acadêmicos, cientistas, políticos, profissionais e membros da sociedade civil para projetar, desenvolver e implementar estratégias eficazes de uma ampla gama de temas interligados a nível mundial. Esses problemas incluem a sustentabilidade

encomendou uma pesquisa ao *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, intitulado “Limites do Crescimento”²⁰, e anunciando em tom de alarme o colapso dos recursos naturais (PNUMA, 2004).

O estudo do Clube de Roma foi baseado em um modelo matemático que chegou à conclusão de que os limites de crescimento do planeta seriam alcançados dentro dos próximos cem anos, caso as atuais tendências de crescimento industrial continuassem. (MEADOWS; MEADOWS, 1972)

Em 1972, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Contando com 113 países²¹ e 250 organizações não-governamentais²², foi a precursora de grande parte dos mecanismos de regulação e institucionalização da temática ambiental atualmente vigentes. Estabeleceu algumas metas específicas, como a “moratória de dez anos sobre a caça comercial a baleias, a prevenção a derramamentos deliberados de petróleo no mar até 1975 e um relatório sobre o uso da energia até 1975” (PNUMA, 2004, p.4).

A Conferência gerou uma série de encontros diplomáticos como a Conferência dos Recursos Hídricos (1975), Conferência sobre Desertificação (1977) e Conferência sobre Fontes Renováveis de Energia (1981). Outro resultado da Conferência de Estocolmo foi a criação pela ONU de um órgão denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA²³, com o intuito de coordenar as ações governamentais e não governamentais relativas às questões ambientais.

Durante a década de 80 aconteceram desastres ambientais de grande magnitude: vazamento de gases na fábrica de *Union Carbide* (1984), explosão do reator nuclear em Chernobyl (1986), e derramamento de 50 milhões de litros de petróleo no Canal Príncipe Willian, Alasca (1989) (PNUMA, 2004).

Em 1982, 10 anos após a Conferência em Estocolmo, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Nairóbi. Em decorrência da

ambiental, o crescimento econômico, consumo de recursos, paz, segurança e demografia”. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/eng/>>. Acesso em: 06/04/2012.

²⁰ MEADOWS, Donella. MEADOWS, Dennis. **The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome’s Project on the Predicament of Mankind**. New York: Universe Books, 1972.

²¹ Para maiores informações a respeito da lista de presença, consulte:

<<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1519&l=en>>. Acesso em: 10/04/2012.

²² *Friends of the Earth, World Wildlife Fund, Save the Children Federation e Natural Resources Defense Council*, foram alguns dos presentes. Para maiores informações a respeito da lista de presença, acesse: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED073931.pdf>>.

²³ Para maiores informações sobre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, acesse: <<http://www.unep.org/>>.

Conferência, foi publicado, em 1987, o Relatório *Our Common Future*, ou como ficou conhecido, Relatório Brundtland²⁴. O relatório apresentou pela primeira vez a definição de Desenvolvimento Sustentável²⁵.

Ainda nos anos 80, podemos destacar momentos de grande importância, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar²⁶ (Convenção de Montego Bay de 1982), a Convenção da Basiléia para o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação²⁷ (Convenção da Basiléia de 1989), dando especial destaque para a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio²⁸ (1985), e a

²⁴ Foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Relatório ganhou esse ‘apelido’ em virtude de ter sido organizado por Gro Harlem Brundtland, presidente da comissão e na época primeira-ministra da Noruega. Segundo o próprio Relatório, a Comissão funcionou como um órgão independente. Todos os seus membros serviram à Comissão nas suas capacidades individuais, e não como representantes de seus governos. A Comissão foi, portanto, “capaz de resolver todos os problemas, pedir algum conselho, e de formular e apresentar propostas e recomendações que considerou pertinentes e relevantes” (Our Common Future, 1987).

²⁵ “[...] o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico, e as mudanças institucionais estão todos em harmonia e aumentam o potencial atual e futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humanas”. (Our Common Future, 1987)

²⁶ Artigo 145 Proteção do ambiente marinho

As medidas necessárias serão tomadas em conformidade com a presente Convenção com respeito as atividades na área, para garantir a proteção eficaz do meio marinho contra efeitos nocivos que possam resultar de tais atividades. Para este fim, a Autoridade adotará normas, regulamentos e procedimentos para, nomeadamente: (a) a prevenção, redução e controle da poluição e outros perigos para o ambiente marinho, incluindo o litoral, e de interferência com o equilíbrio ecológico do meio marinho, prestando especial atenção à necessidade de proteção contra os efeitos nocivos de tais atividades como a perfuração, dragagem, escavação, eliminação de resíduos de construção e operação ou manutenção de instalações, dutos e outros dispositivos relacionados com tais atividades; (b) a proteção e conservação dos recursos naturais da área e na prevenção de danos à flora e à fauna do meio marinho.

²⁷ Preâmbulo: As Partes da presente Convenção, Cientes do risco de danos à saúde humana e ao meio ambiente, causados pelos resíduos perigosos e outros resíduos e pelo seu movimento transfronteiriço, Cientes da crescente ameaça para a saúde humana e o meio ambiente, causados pela produção e complexidade crescentes, e movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e outros resíduos, Conscientes também de que a maneira mais eficaz de proteger a saúde humana e o ambiente dos perigos causados por esses resíduos é a redução de sua produção ao mínimo, em termos de quantidade e potencial de risco/ ou Convencidos de que os Estados devem tomar medidas necessárias para assegurar que a gestão de resíduos perigosos e outros resíduos, incluindo o movimento transfronteiriço, e a eliminação serem compatíveis com a proteção da saúde humana e ao meio ambiente qualquer lugar da alienação, Observando que os Estados devem garantir que o gerador deve exercer funções no que diz respeito ao transporte e eliminação de resíduos perigosos e outros resíduos de uma forma que seja consistente com a proteção do meio ambiente, independentemente do local de disposição, Reconhecendo plenamente que qualquer Estado tem o direito soberano de proibir a entrada ou eliminação de resíduos perigosos estrangeiros e outros resíduos no seu território, Reconhecendo também o crescente desejo de proibir os movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação em outros Estados, especialmente os países em desenvolvimento, Convencidos de que os resíduos perigosos e outros resíduos deverão, tanto quanto seja compatível com uma gestão ambientalmente sã e eficaz, ser eliminados no Estado onde foram gerados.

²⁸ Artigo 3 °: Investigação e observações sistemáticas. As Partes comprometem-se, conforme o caso, para iniciar e cooperar, diretamente ou através de organismos internacionais competentes, a realização de pesquisas e avaliações científicas sobre: (a) Os processos físicos e químicos que possam afetar a camada de ozônio; (b) A saúde humana e outros efeitos biológicos que derivem de modificações da camada de ozônio, nomeadamente os resultantes de alterações no ultra-violeta da radiação solar com efeitos biológicos (UV-B); (c) Efeitos climáticos derivados de modificações da camada de ozônio; (d) Efeitos que derivem

partir desta, a implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio em 1987, que levaram a questão ambiental a um novo patamar²⁹.

A deliberação acerca da questão da camada de ozônio conseguiu alcançar uma resolução diante da maior consonância entre os interesses dos diversos Estados participantes da Convenção. A questão da camada de Ozônio pode ser resolvida de forma rápida³⁰. Diferentemente, a questão do aquecimento global acarretou grandes divergências entre Estados e entre esses e atores não estatais, gerando a ausência de consenso na diplomacia ambiental.³¹

Para poder revisar os avanços institucionais obtidos em Estocolmo, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução em que convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMD) para o mês de junho de 1992 (DUARTE, 2004). A Eco-92 ou Rio-92, como ficou conhecida, reuniu cerca de 180 governos, mais de 100 chefes de Estado, 10 mil delegados, 1.400 organizações não governamentais (ONGs) e aproximadamente 9 mil jornalistas. Resultaram da Conferência a adoção da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21 (um plano de ação para o meio ambiente e o desenvolvimento no século XXI), a realização de duas grandes convenções internacionais (Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica), o estabelecimento da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS); o compromisso de se negociar um acordo para negociar uma convenção mundial sobre a desertificação; e a declaração de Princípios para o Manejo Sustentável de Florestas. (PNUMA, 2004).

Especial destaque deve ser dado à Agenda 21, que apesar de não ser juridicamente vinculante aos Estados, serve como plano de ação para o meio ambiente e o

de modificações da camada de ozônio e mudanças conseqüentes na radiação UV-B sobre materiais naturais e sintéticos úteis à humanidade; (e) Substâncias, práticas, processos e atividades que possam afetar a camada de ozônio e seus efeitos cumulativos; (f) substâncias e tecnologias alternativas; (g) Questões sócio-econômicas, e tal como se explicou nos anexos I e II.

²⁹ “A conclusão do Protocolo de Montreal em 1987 foi considerada como um modelo promissor de cooperação entre os hemisférios norte e sul, os governos e o setor empresarial, no tratamento de questões ambientais globais. Lidar com a destruição da camada de ozônio, no entanto, mostrou ser menos complicado do que lidar com outras questões ambientais que se apresentariam na década de 1980, mais especificamente as mudanças climáticas” (PNUMA, 2004, p.12).

³⁰ Para maiores informações sobre a política internacional da proteção da camada de ozônio, consultar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, disponível em: <<http://ozone.unep.org/>>.

³¹ “O aquecimento global continuou a ser um dos principais temas da agenda durante a década de 1990. A origem antropogênica do fenômeno encontra-se bem definida, porém as controvérsias quanto à velocidade de variação do aquecimento e seus efeitos sobre a economia e os ecossistemas permanecem, daí a dificuldade de formular pactos com os quais os Estados se disponham a se comprometer.” (DUARTE, 2004, p. 9)

desenvolvimento no século XXI. Seus quarenta capítulos podem ser divididos em questões sociais e econômicas que vão desde a cooperação internacional até a promoção da saúde humana; conservação e manejo de recursos; fortalecimento do papel de grandes grupos, como mulheres e povos indígenas; e meios de implementação do programa, como educação, financiamento, capacitação e tomada de decisões (PNUMA, 2004).

Já a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, acabou por reafirmar a soberania nacional dos Estados sobre o patrimônio ambiental, associou o desenvolvimento sustentável à erradicação da pobreza, explicitou a responsabilidade diferenciada dos países desenvolvidos e também condenou a discriminação comercial em questões ambientais³² (DUARTE, 2004; PNUMA, 2004).

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) por sua vez, teve por objetivo principal estabilizar as emissões de gases de efeito estufa em um nível que evite uma interferência perigosa³³ no clima global. Como esclarece Duarte, “as convenções-quadro estabeleciam diretrizes básicas e normas para ação, mas deveriam ser complementadas por acordos específicos, que tratariam dos aspectos mais complexos ou difíceis de negociar” (DUARTE, 2004, p. 9).

Nesse sentido, no ano de 1997, em Quioto, no Japão, foi adotado um protocolo adicional à Convenção. O chamado Protocolo de Quioto, acordo internacional vinculante sobre a redução das emissões de gases de efeito estufa, determinava a redução de gases de efeito estufa por parte dos países industrializados (QUIOTO, 1997). Excluindo desta maneira grande parte dos países emergentes, grandes produtores de poluentes como Brasil, China e Índia. Segundo Duarte:

Os Estados Unidos, responsáveis por cerca de 25% da emissão (SIC) de combustíveis fósseis, seriam obrigados a fazer as maiores reduções, devendo diminuir o consumo e intensificar os investimentos na busca de energias

³² “A década de 90 foi abundante em termos de conferências abrangentes que trataram direta e indiretamente de questões conexas ao meio ambiente: 1993: Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena; 1994: Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo; 1994: Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Bridgetown, Barbados; 1995: Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, Copenhague; 1995: Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing; 1996: Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (HABITAT II), realizada em Istambul; e 1996: Cúpula Mundial da Alimentação, Roma” (PNUMA, 2004, p. 20).

³³ Através do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) se pode obter a constatação científica de que as atividades humanas contribuem decisivamente para o aquecimento global (PNUMA, 2004), fato fundamental para a argumentação dos países em desenvolvimento. Com a concretização das informações “os países desenvolvidos prepararam relatórios minuciosos sobre as emissões de gases-estufa e vários encontros se sucederam até a finalização do Protocolo de Quioto” (DUARTE, 2004, p.9). Em sentido contrário, para um questionamento científico do aquecimento global, ver: SIMON, J. L. Pre-debate Statement: Julian Simon. In: MYERS, N; SIMON, J. L. **Scarcity or Abundance?** A debate on the Environment. New York: Norton, 1994. e SIMON, J. L. Closing Statement by Julian Simon. In: MYERS, N; SIMON, J. L. **Scarcity or Abundance?** A debate on the Environment. New York: Norton, 1994.

alternativas. O Protocolo determina compromissos vinculantes para que os países industrializados reduzam as emissões de gases que produzem o efeito estufa, e os interesses conflitantes entre países do Norte e do Sul ficam patentes na condução do processo de ratificação, que tem como ausência marcante os Estados Unidos. (DUARTE, 2004, p.9).

Em 2002, aconteceu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou “Rio + 10” em Johannesburgo na África do Sul. Seu principal objetivo era avaliar os resultados obtidos desde a Eco-92, mas o evento acabou revelando o grande grau de divergência sobre desenvolvimento e os modelos de proteção ambiental (DUARTE, 2004). A Cúpula integrou um conjunto de iniciativas da ONU para reduzir pela metade o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, mas os dilemas da cooperação³⁴ seriam mais fortes, polarizando o debate entre os Estados nos quesitos aquecimento global e desenvolvimento (DUARTE, 2004). Para Duarte, o que ocorreu foi que,

[...] a pobreza, os recursos energéticos e a biodiversidade dominaram os debates nas principais mesas de discussão. Quinze países, inclusive o Brasil, firmaram um acordo sobre megadiversidade, para garantir que as comunidades locais usufruam dos benefícios decorrentes da exploração de recursos naturais encontrados em seus territórios, o que foi considerado uma vitória significativa para os países em desenvolvimento. A possibilidade de recuperação, até 2015, de áreas comerciais pesqueiras foi outro ponto positivo da reunião. Porém, as propostas sobre a utilização de recursos energéticos renováveis, inclusive a proposta brasileira, sofreram forte oposição dos Estados Unidos e de países do Oriente Médio, e o texto final optou por declarações vagas e de caráter voluntário, com ênfase na diversificação de matrizes e na pesquisa de novas fontes energéticas (DUARTE, 2004, p.10).

Com base nesse cenário, pode-se afirmar que houve um crescimento das questões ambientais que passaram a ser debatidas por agentes estatais e não estatais no âmbito internacional e da ciência política; uma série de controvérsias divide esses atores, o que permite que se avaliem diversas de suas características a partir do ponto de vista dos mesmos, nos mostrando que existe, de certa forma um excesso de regulamentação e pouca implementação. Ao mesmo tempo podemos perceber a crescente importância que a questão ambiental vem ganhando, além de suas implicações e desdobramentos, conferindo-lhes uma importância estratégica (FONSECA, 2008).

1.3 Segurança e meio ambiente: abordagens e perspectivas

³⁴ Entre os dilemas de cooperação estão a colaboração, coordenação, persuasão e garantia. Ver HENRIQUE, Renata Tavares. A Cooperação no Regime de Mudanças Climáticas. **Revista Debates**. Porto Alegre: v.3, n.2, p. 155-182, jul.-dez. 2009.

Questões ambientais começaram a ser relacionadas e discutidas como questões de segurança pela academia a partir os anos 1970³⁵. A primeira destas publicações foi a do renomado analista ambiental Lester Brown³⁶ em 1977, com o artigo *Redefining National Security*, trazendo ameaças não militares e problemas de segurança para o debate dos estudos de segurança. Para Brown:

Desde a Segunda Guerra Mundial, o conceito de segurança nacional adquiriu um caráter predominantemente militar. A política de preparação contínua tem levado à militarização da economia mundial, com os gastos militares representando seis por cento do produto global. A maioria dos países gastam mais com a segurança nacional do que em educar sua juventude. A abordagem predominantemente militar para a segurança nacional é baseada no pressuposto de que a principal ameaça à segurança vem de outras nações. Mas as ameaças à segurança podem surgir agora em menor grau, a partir da relação de nação para nação, e em maior grau da relação do homem com a natureza. Diminuição das reservas de petróleo e à deterioração dos sistemas biológicos da terra agora ameaçam a segurança das nações em toda parte (BROWN, 1977, p.1).

O autor argumenta que ameaças militares para a segurança nacional são apenas uma das muitas outras que os governos têm de resolver. Estas novas ameaças vêm de uma rápida mudança na relação entre a humanidade e a natureza. Desdobramentos nessa relação aparecem como instabilidades ecológicas e escassez de recursos; quanto maior as instabilidades, maior é a instabilidade econômica como inflação, desemprego, escassez de capital e instabilidade monetária (BROWN, 1977).

Para Brown, essas tensões econômicas podem se converter em agitação social e instabilidade política. Assim, o Sistema de Defesa Nacional se torna inútil contra novas ameaças não militares, já que seriam complexas e indefinidas.

Em 1983, Richard Ullman publicou *Redefining Security*, desta vez conectando diretamente problemas ambientais com segurança nacional:

Uma ameaça à segurança nacional é uma ação ou consequência de eventos que (1) ameaçam drasticamente ou relativamente em um breve espaço de tempo, degradar a qualidade de vida dos habitantes de um Estado, ou (2) ameaçam significativamente estreitar a gama de opções de políticas disponíveis para o governo de um estado ou, entidades não-governamentais privadas (pessoas, grupos, empresas) dentro do Estado (ULLMAN, 1983, p.133).

Ullman (1983) também aponta a necessidade de se redefinir o entendimento do termo segurança. Para ele, a definição de segurança nacional apenas em termos militares

³⁵ Rønnfeldt (1997) estabeleceu um quadro analítico para observar a evolução do termo segurança ambiental, classificando três gerações de pesquisadores que lidam com o tema, definindo claramente suas tendências ao longo da história. Para uma análise completa ver: RØNNFELDT, Carsten F. Three Generations of Environment and Security Research. **Journal of Peace Research**. 1997. Vol. 34, No. 4. 473-482.

³⁶ Atualmente Lester Brown é presidente do *Earth Policy Institute*. Foi o fundador do *Worldwatch Institute* e um dos cientistas por trás do termo “desenvolvimento sustentável”.

transmite uma falsa imagem da realidade. Ele identificou outros problemas ligados ao conceito: a percepção e a relatividade do conceito de segurança e sua proposta de nova definição; contradição entre ameaças militares e não militares para a segurança; proporções de ineficácia entre ameaças militares e não militares.

Já no final dos anos 1980, novas direções para os estudos de segurança foram expostas por artigos de Jessica Mathews e Norman Myers³⁷, ampliando horizontalmente os tópicos de segurança.

A década de 1990 exigirá uma redefinição do que constitui a segurança nacional. Na década de 1970 o conceito foi ampliado para incluir economia internacional, uma vez que ficou claro que a economia dos EUA não era mais a força independente que foi uma vez, e foi fortemente afetada por políticas econômicas em dezenas de outros países. Desenvolvimentos globais agora sugerem a necessidade de um outro análogo, ampliando a definição de segurança nacional para incluir recursos, meio ambiental e questões demográficas (MATHEWS, 1989, p.162).

Para Mathews (1989), o declínio ambiental, ocasionalmente, leva diretamente ao conflito, especialmente quando os escassos recursos hídricos devem ser compartilhados; seu impacto sobre a segurança nacional é percebida com o declínio do desempenho econômico e posteriormente na estabilidade política³⁸. Os argumentos discutidos por Myers em seu artigo *Environment and Security*, são similares aos de Mathews, como recursos naturais são compartilhados por todos, não existindo fronteiras e o balanço frágil do meio ambiente. Mayers (1989) argumenta que questões ambientais apresentam um conjunto cada vez mais importante de desafios para a política externa americana e o impacto de fatores ambientais na estabilidade do Estado.

Foi ainda durante os anos 1980 que o *Copenhagen Peace Research Institute (COPRI)*, ou como ficou conhecido, Escola de Copenhagen, foi criado, incluindo ameaças não tradicionais em sua agenda de pesquisa³⁹. A pesquisa do COPRI alegou que a segurança entendida de forma tradicional estava perdendo sua importância, uma nova agenda deveria ser adaptada para incorporar assuntos sociais, econômicos e ambientais,

³⁷ Ambientalista britânico, no qual sua pesquisa está ligada a refugiados ambientais.

³⁸ Para Mathews (1989) quatro passos seriam os mais importantes: revisão do Tratado de Montreal, para eliminar completamente a produção de clorofluorcarbonos o mais tardar no ano de 2000; suporte completo para e implementação do Plano de Ação Global das Florestas Tropicais desenvolvido pelo Banco Mundial, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, a Organização para a Alimentação e Agricultura, e do Instituto de Recursos Mundiais; apoio suficiente para os programas de planejamento familiar para garantir que todos os que querem contraceptivos tenham acesso a eles por preços acessíveis, pelo menos até o final da década; e, para os Estados Unidos, uma política energética de dez anos com o objetivo de aumentar a produtividade energética da economia.

³⁹ A pesquisa incluía drogas ou estados falidos, mas o meio ambiente foi o tema que ganhou maior destaque nos anos 1990 (DALBY, 2002).

mesmo o estado ainda sendo considerado o ator central nos estudos de segurança, já discutidos anteriormente neste trabalho.

Apesar de problemas conceituais e dificuldades de incluir problemas ambientais nos estudos de segurança a Escola de Copenhague fornece uma estrutura sólida para a pesquisa no campo da segurança e ameaças ambientais.

Durante os anos 1990 também foi criado o projeto intitulado *Population and Security* na Universidade de Toronto. O projeto tinha o objetivo de responder as críticas recebidas durante os anos 1980, ao utilizar evidências empíricas através de estudos de caso sobre estados específicos que tratavam de alguma forma com escassez ambiental. Seu maior representante é o professor e pesquisador Thomas Homer-Dixon⁴⁰, que concentrou sua pesquisa na relação entre degradação ambiental e conflitos (RØNNFELDT, 1997), ou seja, a escassez de recursos renováveis (como terras agrícolas e água) e a sua interação com efeitos sociais adversos (deslocamento de populações ou declínio econômico) levariam ao conflito⁴¹ (FLOYD, 2008).

⁴⁰ Para trabalhos contrários a associação de segurança e meio ambiente ver: DEUDNEY, Daniel. Environment and Security: Muddled Thinking. **Bulletin of Atomic Scientists**. 1990. April. P. 23 – 28; GRÆGER, Nina. Environmental Security? **Journal of Peace Research**. 1996 33(1). P. 109 – 116; LEVY, Marc, A. Is the Environment a National Security Issue? **International Security**. 1995. 20(2). P. 35 – 62.

⁴¹ “A tese escassez do Grupo de Toronto tem sido influente tanto dentro como fora da academia. Em 1994, depois que o conhecido escritor de viagens Robert Kaplan usou a tese do Grupo em um ensaio para a *The Atlantic Monthly* que proclamou o meio ambiente como sendo “a questão de segurança nacional do início do século XXI”, Homer-Dixon foi convidado para falar para o vice-presidente Gore duas vezes. A primeira vez falou sobre a tese da escassez em geral, a segunda centrou-se especificamente nos problemas ambientais na China. Embora Gore tivesse interesse de longa data em questões ambientais e - como os outros - a necessidade de explicar e compreender conflitos internacionais característicos da década de 1990, pouco foi feito em termos de formulação de políticas reais em resposta a tese de conflito ambiental.” (FLOYD, 2008, p. 4)

2. A ESCOLA DE COPENHAGUEN E A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO

2.1 Segurança e a estrutura setorial

Após uma avaliação histórica, acadêmica e política sobre como o setor ambiental veio a se concretizar como assunto de debate, cabe destacar sua abordagem setorial. O *setor ambiental* pode ser visto através de várias lentes, como a militar e política, ou até mesmo como um assunto de bem estar social (BUZAN *et al.*, 1998).

Villa (1994) aborda o caráter sistêmico da questão ambiental, característica também presente na paridade nuclear do período do segundo pós-guerra, centralizado no Estado e em fórmulas estratégicas. Já a questão ambiental não é centrada apenas nos Estados, requerendo cooperação e coordenação com demais organismos internacionais e alterando as relações de poder.

As interações globais, que envolvem a questão ambiental, fizeram com que algumas funções tradicionais do Estado (segurança, administração da economia, comunicações, etc.) deixassem de ser tratadas nos marcos reduzidos das relações bilaterais ou multilaterais estatais. Depois, o caráter sistêmico do fenômeno e a permeabilidade das fronteiras nacionais fizeram o Estado começar a considerar a possibilidade de ampliar o conceito de segurança, tradicionalmente limitado às questões das barganhas militares, e, desde a década de 70, voltando também para os fatores econômicos-tecnológicos. O elemento ecológico veio, então, a incorporar-se à definição de segurança (VILLA, 1994, p.80).

O setor ambiental pode ser dividido em agenda científica e agenda política. A agenda científica aborda as atividades científicas e não governamentais, englobando os cientistas e as instituições de pesquisa, que são os responsáveis por listar os mais variados problemas ambientais⁴². Já a “agenda política é essencialmente governamental e intergovernamental. Consiste no processo de tomada de decisão pública e de políticas públicas que dão direcionamentos de como lidar com preocupações ambientais” (BUZAN *et al.*, 1998, p. 72).

Ao fazer direcionamentos discursivos é que o ator estatal gera um processo de securitização, ou de modo contrário, uma dessecuritização⁴³, conceitos centrais da teoria.

⁴² “Se nossas ações na geração de gases de efeito estufa estão, como a comunidade científica é bastante clara neste caso, causando eventos climáticos extremos e aumentando a severidade das tempestades, então, as 30.000 pessoas que morreram na onda de calor na Europa no verão de 2003 (dez vezes o número de pessoas que morreram em 11/09) podem plausivelmente ser entendidas como vítimas da insegurança ambiental global. Como podemos então, entender as vítimas do furacão Katrina e os danos materiais causados em New Orleans por diques inadequados para proteger a cidade? Ou as numerosas vítimas nos primeiros anos deste século, em inundações e deslizamentos de terra na América Latina, ou os mortos em tempestades enormes em Bangladesh no final de 1990?” (DALBY, 2008, p.272).

⁴³ “O foco deve ser dado a dessecuritização; o processo pelo qual a securitização é invertida e as questões anteriormente securitizadas, mais uma vez tornam-se questões de política normal. Para entender essa ênfase

Embora em alguns pontos as agendas se sobreponham, como, por exemplo, nos debates públicos e na mídia, em sua maioria são diferentes, uma vez que a agenda científica segue padrões acadêmicos, já a política é formulada pelo governo e pelas normas criadas por estes.

O ponto crítico para a agenda política não são onde ameaças específicas para o meio ambiente são reais ou apenas especulação, mas onde a *urgência presumida* é uma questão política. Tais movimentos de securitização serão muitas vezes dominados por ameaças imediatas para o meio ambiente – do tipo lições de Chernobyl. Além disso, a agenda política lida com partes mais importantes da agenda científica, como se viu durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 (BUZAN *et al*, 1998, p. 73).

Este setor pode tornar-se complicado pela gama variada de assuntos que aborda. A agenda abrangente da segurança ambiental pode abordar assuntos recorrentes em outros setores como problemas energéticos, populacionais, econômicos, problemas de alimentação, deterioração de ecossistemas e guerras civis.

Apesar destas diferentes dinâmicas, o que de fato existe é um relacionamento interdependente entre o meio ambiente e a política, sendo que a civilização é considerada como responsável em partes pela estrutura das condições ambientais, influenciado e incentivando a cooperação e o conflito (BUZAN *et al*, 1998).

O setor ambiental é rico em atores funcionais, onde suas atividades estão ligadas diretamente com a qualidade do meio ambiente, e afetando os ecossistemas. Estes atores são geralmente economias de larga escala motivadas pelo lucro, como as empresas dos setores agrário, químico e nuclear. Geralmente estes atores são vistos de forma negativa, em função do seu modo de operacionalização, sustentados pelos recursos naturais (BUZAN *et al*, 1998).

Outra parte de atores funcionais é composta pelos governos e suas agências. Suas funções são determinar quais são as regras para estes atores econômicos, e como elas serão cumpridas. Isto permite certa institucionalização da segurança ambiental já que são criados departamentos governamentais especializados neste setor (BUZAN *et al*, 1998).

na desecuritização, é vital perceber que para Waever a presença de segurança não significa a ausência de insegurança; uma vez que "insegurança é a situação quando há uma ameaça e nenhuma defesa contra ela; segurança é uma situação em que existe uma ameaça e uma defesa contra ela". Em outras palavras, tanto segurança e insegurança estão inseparavelmente ligadas ao nexo ameaça-defesa e maximizando a segurança não significa menos insegurança. A única maneira de escapar do nexo ameaça-defesa é alcançando a "a-segurança (uma situação que tem sido desecuritizados ou nunca securitizados)". (FLOYD, 2008, p.9)

Outro conceito importante para entender o setor ambiental, são os chamados objetos de referência:

No setor ambiental, a gama de possíveis objetos de referência, é muito grande, que vão desde coisas relativamente concretas, como a sobrevivência das espécies de indivíduos (tigres, baleias, a humanidade) ou tipos de habitat (florestas, lagos), a muito imprecisas, questões de maior escala, tais como a manutenção do clima do planeta e da biosfera, juntamente com estreita linha, onde os seres humanos vieram a considerar-se normais durante seus poucos milhares de anos de civilização. Subjacente a muitos desses objetos referentes a preocupação inicial sobre a relação entre a espécie humana e do resto da biosfera e se essa relação pode ser sustentada sem o risco de um colapso dos níveis atingidos de civilização, de uma interrupção da herança biológica do planeta, ou de ambos (BUZAN *et al*, 1998, p.23).

Em relação às ameaças do setor ambiental, podemos dividi-las em três grupos:

1. Ameaças à civilização humana pelo ambiente natural que não são causadas pela atividade humana. Terremotos e eventos vulcânicos contam (embora mesmo aqui, há debates sobre a interferência humana), mas os exemplos mais incontestáveis são o receio de ataques de grandes meteoritos e preocupações sobre uma oscilação natural e de volta a um ciclo de glaciação extensa. (...) 2. Ameaças da atividade humana nos sistemas naturais ou estruturas do planeta quando as alterações feitas não parecem constituir uma ameaça existencial para (partes de) civilizações. Os exemplos mais óbvios são, a nível global, as emissões de gases como o efeito estufa e os efeitos dos CFCs e outros gases industriais na camada de ozônio. Ao nível regional e ao nível local, isso se relaciona com a exploração do ambiente (extração, depósitos, ou a destruição acidental), além da capacidade dos ecossistemas menores, o que perturba a base econômica e a camada social dos Estados envolvidos. (...) 3. Ameaças da atividade humana nos sistemas naturais ou estruturas do planeta quando os modos de alterações não parecem constituir uma ameaça existencial à civilização. Um exemplo disto pode ser o esgotamento dos recursos minerais diversos, o que pode ser inconveniente, mas que certamente podem ser manipulados pelos avanços na tecnologia (a mudança de cobre para o silício na indústria eletrônica e, potencialmente, um deslocamento do metal à cerâmica em algumas aplicações da engenharia) (BUZAN *et al*, 1998, p. 79).

As ameaças ilustradas no segundo ponto são as consideradas dentro da gama de segurança ambiental, ficando no limiar entre civilização e meio ambiente⁴⁴. O principal problema não seriam as dinâmicas entre seres humanos e natureza, mas sim as dinâmicas entre as próprias culturas, expressando dimensões econômicas e demográficas que afetam em diferentes graus os sistemas e subsistemas, nos níveis regionais e globais (BUZAN *et al*, 1998).

As ameaças ilustradas no primeiro ponto parecem ser muito mais securitizadas do que as demais. Exemplos claros destas ameaças são as construções adequadas para

⁴⁴ Para uma maior discussão acerca do processo de securitização e construção de ameaças no setor ambiental ver: TABAČKOVÁ, Kristína. Securitization of Environmental Issues. Dissertação de Mestrado. Masarykova Univerzita. 2013.

suportar terremotos, e sistemas de alarmes no Japão, além dos diques e sistemas para evitar enchentes na Holanda (BUZAN *et al*, 1998)

Uma das lógicas concebidas pela segurança ambiental é de que a humanidade está vivendo além das capacidades do planeta terra, aquém da sua capacidade de degradação. Levam-se em conta variáveis como população, modos de produção, consumo *per capita*. Existem dois debates que procuram resolver os problemas criados pela civilização e os problemas de adaptação que ela pode sofrer. O primeiro afirma que o meio ambiente não deve ser encarado como uma preocupação atual, mas sim como uma preocupação das próximas gerações. O segundo, através de uma poderosa agenda, toma a periferia contra o centro⁴⁵, como um novo debate, onde as assimetrias nos setores econômico, político, militar, e a dominância dos valores do norte seriam as causas da degradação ambiental (BUZAN *et al*, 1998). Este viés imperou predominantemente durante as conferencias ambientais e parte das discussões diplomáticas das décadas 1980 e 1990.

O fato é que podemos avaliar as ameaças ambientais através de diferentes lentes, e estas mesmas ameaças estão vinculadas diretamente com outros setores, apontando muitas vezes para uma falta de percepção sobre o que pode e deve ser. A Segurança Internacional tenta “tomar uma forma mais definida. Não se trata de uma nova esfera autônoma de segurança – uma “segurança ecológica”, por exemplo-, mas de incorporar o componente ambiental no conceito de segurança, definida como risco real ou potencial” (VILLA, 1994, p.86), deixando-se de levar em conta apenas questões militares.

2.2 Securitização e análise de discurso: metodologia

A Escola de Copenhagen teve destaque por conduzir uma análise construtivista dos estudos de segurança, criando assim os conceitos para a teoria da securitização. A teoria evoluiu e optou pela suposição de que as questões de segurança são construídas pelas práticas sociais. Dessa maneira, os processos de construção de ameaças ocorrem, fundamentalmente, por meio de discursos proferidos pelos atores interessados em

⁴⁵ Isto acaba tornando-se uma inversão do debate ocorrido no início dos anos 90, quando “logo após o fim da Guerra Fria, seguiu-se um período em que o Terceiro Mundo passou a ser visto no Primeiro como um *locus* preferencial, senão exclusivo, de todos os males. Nele se concentravam a origem das epidemias e do narcotráfico, a sujeira e a ignorância, o crime comum e o fanatismo terrorista, a corrupção política e o esbanjamento de recursos públicos, a superpopulação e as hordas de emigrantes a ameaçarem as sociedades desenvolvidas. As violações de direitos humanos, antes acompanhadas pelo Ocidente prioritariamente no Leste Europeu, passaram a ser denunciadas com ênfase acentuada nos países em desenvolvimento, de regimes ditatoriais ou democráticos, Em matéria ambiental a cobertura da imprensa, no Primeiro e no próprio Terceiro Mundo, noticiava mais o desmatamento do Sul – associado à ação dos garimpeiros e ao extermínio de índios no Brasil – do que a população do norte” (LINDGREN ALVES, 2009, p.60).

estabelecer as agendas de segurança, sendo elevadas ao nível de ameaça à segurança nacional.

A securitização pode ser entendida como um processo de significação, que por meio de um discurso, atribui significado a uma dada realidade, neste caso, ao meio ambiente. Esse entendimento é construído através do compartilhamento de significados entre os atores envolvidos na construção de uma agenda de segurança. (BUZAN *et al*, 1998; BARBOSA, 2008).

Este processo de significação está ligado a metodologia da análise do discurso. Para Orlandi, toda ideia contida num texto se relaciona com tudo que já foi anteriormente produzido numa mesma área de conhecimento. Como consequência disso, os termos e vocábulos utilizados na produção de um texto ou discurso, não têm o seu significado necessariamente explicitado naquele enunciado. (ORLANDI, 2005).

Como toda peça de linguagem, como todo objeto simbólico, o texto é objeto de interpretação. Para a Análise do Discurso, esta sua qualidade é crucial. É sua tarefa compreender como ele produz sentido e isto implica compreender tanto como os sentidos estão nele quanto como ele pode ser lido. Esta dimensão, eu diria ambígua, da historicidade do texto, mostra que o analista não toma o texto como o ponto de partida absoluto (dada a relação de sentidos), nem como ponto de chegada. (ORLANDI, 2005, p.117)

Para Brandão e Dias, “o discurso encontra lugar de fala dentro do texto como forma de materializar-se. Na prática, o discurso passa a ser tomado como algo concreto e material a partir do momento em que se encontra explicitado num texto, podendo assim ser compreendido, analisado e questionado” (BRANDÃO; DIAS, 2009, p.2).

A Análise do Discurso parte da definição de que um texto é um objeto social e histórico,

[..]dessa forma, o texto deixa de ser um conjunto de enunciações dotadas de significados, mas sim um processo, uma vez que o texto já não é mais uma unidade fechada de significações, mas sim uma relação, seja com outros textos (concretos ou não), com as condições na qual foi produzido, com o interdiscurso e principalmente com a memória do dizer, conceito que explicita o fato da palavra não ter significação própria, e sim ganhá-la ao longo do seu percurso entre textos e discursos. (BRANDÃO; DIAS, 2009, p.3).

A análise do discurso é o estudo do processo pelo qual o texto foi concebido. Analisar um texto significa distanciar-se de sua forma pronta e terminada e buscar nas entrelinhas dele o acesso ao discurso implícito nele, uma análise interpretativa, uma decodificação dos sinais e símbolos utilizados no mesmo, observando-se pontos decisivos na construção do sentido de tal discurso. (ORLANDI, 2005; BRANDÃO; DIAS, 2009)

A Análise do Discurso será feita sobre dois conjuntos de discursos do governo norte-americano. O primeiro deles, a *National Security Strategy*, estratégia de segurança elaborada pelas administrações dos governos pós-Guerra Fria, nomeadamente George H. Bush, Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama. O segundo, o *State of the Union Address*, proferido também para o Congresso e população americana. Os discursos foram escolhidos por representarem as preocupações de segurança nacional e propostas políticas futuras.

Discursos estes, elaborados para públicos específicos, sendo considerados discursos ideológicos, uma vez que refletem as crenças e valores de cada administração, incluídas no momento histórico em que foram elaborados. Os atores, neste caso, cada uma das administrações, dividem seus discursos na medida que orientam, planejam e ajustam o conteúdo em função da sua audiência. (BRANDÃO, 2004)

ARTIGO: SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO NORTE-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA

O artigo estuda o desenvolvimento da securitização ambiental por meio da consideração dos discursos e documentos produzidos pelos setores da burocracia governamental norte-americana, limitando-se a dois grupos de discurso, a *National Security Strategy* e o *State of the Union Address*, e tendo como limite temporal, o pós-Guerra Fria. Tem por objetivo demonstrar a pesquisa empírica, parte da dissertação de mestrado que encontra-se nos moldes do regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O problema de pesquisa que percorre este trabalho é: *como e por que questões ambientais entraram na agenda de segurança norte-americana?* Já a hipótese que se propõe à responder ao problema de pesquisa é: O aparelho militar burocrático norte-americano formula o conceito de Segurança Ambiental como uma maneira de legitimar o governo em face à sensibilidade da população norte-americana, introduzindo problemas ambientais como ameaças à segurança nacional dos Estados Unidos.

A metodologia utilizada é a análise de discurso, que possibilita a interpretação do discurso, levando em conta a sua história e contexto social, compreendendo como o discurso foi produzido.

Como escopo teórico para este trabalho, será utilizada a teoria da securitização da Escola de Copenhague. O arcabouço teórico desta escola possibilita a incorporação de questões não estritamente militares nos estudos de segurança, até então tradicionalmente baseados em ameaças militares.

O artigo encontra-se dividido em três tópicos: (1) avaliação das unidades governamentais no processo de construção de discursos na temática ambiental; análise de dois grupos de discursos, (2) a *National Security Strategy* e (3) o *State of the Union Address*. Por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa e a análise final de ambos os grupos de discursos.

3. AS UNIDADES GOVERNAMENTAIS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL

Quem são os atores e agentes de discurso no governo norte-americano? Esta é uma pergunta de extrema importância para entendermos por que determinado tópico é em especial, porque o conceito de segurança ambiental encontra-se em meio aos discursos de segurança nos Estados Unidos.

Existe uma grande diversidade de setores e atores governamentais que se propõem a cuidar da questão ambiental tanto nos Estados Unidos como em muitos outros Estados nacionais. Para cada setor da administração responsável minimamente pela decisão do que deve ser considerado como uma ameaça nacional, estas podem variar imensamente.

Para tanto selecionamos três atores responsáveis pela tomada de decisão, ao falarmos de segurança nacional, preservação do meio ambiente e relações com outros governos.

3.1 Departamento de Defesa

O Departamento de Defesa norte-americano possui o maior aparato militar do sistema internacional, tanto em poder de ataque e defesa como na parte burocrática. Conseqüentemente, o Departamento é conhecido por ser o maior consumidor de energia do mundo. Desde a década de 1980 e de uma maior visibilidade do debate ambiental, o setor militar norte-americano tem tentado e se preocupado com a redução de seu próprio uso de energia, sendo pioneiro em novas técnicas de conservação e combustíveis alternativos⁴⁶. (Global Strategic Assessment, 2009)

O órgão passou a ter o seu próprio departamento de segurança ambiental na administração Clinton, e de 1993 até 2000, Sherri W. Goodman foi a subsecretária de Defesa para a Segurança Ambiental.

⁴⁶ Embora a energia tenha sido um componente crítico da infraestrutura de defesa dos Estados Unidos por mais de um século, a atual mudança do Departamento de Defesa para a conservação, baixas emissões e combustíveis alternativos começaram mais recentemente, através de uma série de regulamentos que buscam reduzir o uso de energia Federal e para criar mercados para novas técnicas de conservação de energia e tecnologias. Desde meados da década de 1980, o Departamento de Defesa tem prosseguido de forma independente um uso mais eficiente e sustentável da energia. Em 1992, esses esforços foram reforçados quando o Congresso aprovou a Lei de Política Energética fornecendo diretrizes para a conservação e uso de combustíveis renováveis de energia por agências federais. Em 1999, a Ordem Executiva 12123 estabeleceu um prazo até 2005 para as organizações federais reduzirem a sua infraestrutura de consumo de energia em 20 por cento a partir dos níveis de energia de 1985. Como requisitos para a energia renovável, o *Energy Policy Act* de 2005 aumentou a porcentagem ainda mais, e em 2007, a Ordem Executiva 13423 aumentou em 30 por cento a eficiência energética até 2015.” (Global Strategic Assessment, 2009, p.93)

Em seu discurso para o Wilson Center em 1996 falou que reconhecia a segurança ambiental como um componente importante da segurança nacional, incorporando aspectos ambientais nas missões de defesa.

O que o departamento de Segurança Ambiental fez, foi criar um programa modelo baseado na estrutura das forças armadas, buscando prevenção, limpeza, complacência e conservação mais tecnologia, o chamado *P2C3 plus T*. Segundo Goodman, quatro eram as principais prioridades: proteger os ativos do Departamento; ajudando a neutralizar as condições ambientais que podem levar a instabilidade; incorporando o meio ambiente na política de segurança nacional; e determinar como o Departamento de Defesa pode contribuir para a política ambiental nacional. (GOODMAN, 1996)

Para Floyd, a criação de um departamento para a Segurança Ambiental foi uma das respostas ao aumento da pressão da opinião pública em relação ao descaso ambiental por parte do Departamento de Defesa:

Em resposta a estes desenvolvimentos, seletos membros do Congresso, incluindo Al Gore, tornaram-se cada vez mais interessados em reverter o papel negativo dos militares e começaram a promover os militares como bons administradores do meio ambiente. Este movimento não era tão altruísta como possa parecer, ao invés, o Departamento de Defesa estava preocupado com a criação de condições ambientais que possam prejudicar a sua capacidade de preparar ou realizar a sua *Nacional Security Strategy*. Além disso, com o conflito entre as superpotências terminado, todas as instituições de segurança tiveram dificuldade para encontrar novos “discursos de perigo”, que lhes dariam *raisons d'être* e, portanto, um financiamento seguro. Consequentemente, a ideia de que capacidades militares únicas, tais como os meios de inteligência da comunidade de defesa, poderiam ser usados para “analisar, prever e amenizar os problemas ambientais internacionais” foi uma proposta bem-vinda, e com ele nasceu o que Ronald J. Deibert chamou de “complexo militar de segurança ambiental” (FLOYD, 2008, p.2)

Atualmente o Departamento segue por dois caminhos, ao cumprir mandatos federais de conservação, e ao trabalhar com outras organizações não-governamentais para utilizar seus laboratórios de defesa, estruturas de base em massa, e redes para resolver os problemas relacionados com a energia de uma forma que as demais agências federais não estão preparadas, isso em grande parte graças ao seu grande orçamento. Estes casos tem influenciado e aparecido como exemplos positivos de resultados no *State of the Union Address* e na *National Security Strategy*. O Departamento foi o órgão que de fato reduziu suas emissões em 28, 5 por cento em 2008, passando a usar 10 por cento da energia de fontes renováveis. (Global Strategic Assessment, 2009)

3.2 Departamento de Estado

O Departamento de Estado americano é tradicionalmente o elo de ligação entre política externa e segurança e apesar de ter reconhecido a relevância das questões ambientais internacionais há mais duas décadas atrás, foi apenas durante a administração Clinton que ganhou relevância expressiva.

Da mesma maneira que no Departamento de Defesa, Clinton criou um escritório para tratar de questões relacionadas à segurança ambiental, no Departamento de Estado criou uma secretária para cuidar de assuntos antes deixados de lado pela política externa norte-americana. O chamado Gabinete do Secretário de Estado para Assuntos Globais⁴⁷ (*Office of the Under Secretary of State for Global Affairs*) passou a cuidar dentre assuntos como imigração e democracia, da chamada diplomacia ambiental⁴⁸.

De acordo com um relatório de Departamento de Estado de 1997, a incorporação do debate ambiental na política externa americana aconteceu com o objetivo de melhorar a cooperação com aliados e estabilizar tensões políticas em assuntos como poluição e escassez de recursos.

3.3 Agência de Proteção Ambiental

A Agência de Proteção Ambiental (*Environmental Protection Agency – EPA*) foi fundada no ano de 1970, pela administração Nixon⁴⁹. O objetivo da agência é o de proteger a saúde humana e o meio ambiente, com escritórios nas áreas de água, ar, terras, espécies ameaçadas de extinção e resíduos tóxicos. Redige e faz cumprir as regulamentações com base em leis aprovadas pelo Congresso. A agência também faz avaliações ambientais e pesquisa⁵⁰ (EPA, 2013; REVEZ, *et al*, 2008).

Desde 2007, por decisão da Suprema Corte norte-americana, a Agência de Proteção Ambiental tem jurisdição sobre a redução da poluição por carbono dos veículos a motor. O governo Obama ainda pretende regular emissões de dióxido de carbono nas

⁴⁷ Durante o governo George W. Bush o escritório teve o nome alterado para Gabinete do Secretário de Estado para Democracia e Assuntos Globais (*Office of the Under Secretary of State for Democracy and Global Affairs*),

⁴⁸ Durante a administração Bush, o foco foi dado à questão do desenvolvimento sustentável.

⁴⁹ A Agência foi fundada após a criação da Lei Nacional de Política Ambiental de 1969, uma das primeiras leis ambientais aprovadas nos anos 1970, criando uma política nacional para proteger o meio ambiente através da criação do Conselho de Qualidade Ambiental.

⁵⁰ Para mais informações sobre a EPA ver: <http://www.epa.gov/>

usinas de carvão⁵¹ através da Agência de Proteção Ambiental⁵², primeiramente em novas usinas e posteriormente em plantas já existentes.

É em função do seu poder como agência reguladora que a EPA é uma das grandes influencias por traz principalmente do *State of the Union Address*. A agência possui o próprio Escritório para a Segurança Nacional (*Office of Homeland Security*), responsável por operações como as realizadas durante o furacão Katrina. O escritório faz o assessoramento do presidente sobre questões relacionadas à segurança nacional e inteligência; servindo como a principal ligação da Agência com a comunidade de inteligência dos Estados Unidos. (EPA, 2014)

Os três departamentos, Departamento de Defesa, Departamento de Estado e Agência de Proteção Ambiental estão ligados e subordinados ao Presidente dos Estados Unidos, responsável em última instância pela *National Security Strategy* e pelo *State of the Union Address*, discursos que serão analisados subsequentemente neste trabalho.

⁵¹ Outras regulações semelhantes pela EPA já existem, como as regulações para cinzas de carvão, padrões nacionais de qualidade do ar e regras interestaduais para a poluição do ar.

⁵² A EPA começou a regulamentar as emissões de gases de efeito estufa provenientes de fontes móveis e fixas de poluição do ar sob o *Clean Air Act*, pela primeira vez em 2 de janeiro de 2011.

4. MAPEANDO O DISCURSO

A *National Security Strategy* é um documento elaborado periodicamente pelo poder executivo do governo dos Estados Unidos para o Congresso⁵³, que define as principais preocupações de segurança nacional e como a administração pretende lidar com elas. O fundamento legal para o documento está descrito na Lei Goldwater-Nichols de 1986, na qual tinha o objetivo de reorganizar o Departamento de Defesa norte-americano⁵⁴. O propósito da *National Security Strategy* é de cunho generalizante e sua implementação depende de elaboração de diretrizes fornecidas em documentos de apoio, como a *National Military Strategy* (NMS).

Questões ambientais já vinham sendo relacionadas e discutidas como questões de segurança pela academia desde os anos 1970, em publicações de Lester Brown (1977), Richard Ullman (1983), Jessica Mathews (1989) e Norman Myers (1989). Novas ameaças para a segurança, dentre as quais uma possível implicação da degradação ambiental, chamando a atenção dos tomadores de decisão no pós-Guerra Fria. Segundo Floyd, “com o fim da ameaça soviética a política de segurança nacional dos EUA foi jogada em um estado de desordem, deixando o país sem uma definição política de segurança nacional” (FLOYD, 2010, p. 65), o que proporcionou a inclusão de questões não tradicionais relacionadas à segurança nacional. Em 1991, utilizou-se o termo “segurança ambiental” pela primeira vez em uma *National Security Strategy*, enquadrando questões ambientais como de interesse e segurança nacional: “Os Estados Unidos procuram, sempre que possível em conjunto com seus aliados, a [...] alcançar soluções internacionais de

⁵³ Entende-se aqui como audiência o Congresso dos Estados Unidos. Nos últimos anos a mídia e a própria população americana tem prestado atenção nestes documentos e podem a vir a serem entendidos como audiência.

⁵⁴ “A renovação da confiança militar foi acompanhada por mudanças organizacionais, especificamente o Ato de Reorganização do Departamento de Defesa de 1986, mais comumente conhecido como Goldwater-Nichols após seus patrocinadores, o senador republicano Barry Goldwater do Arizona e o congressista democrata William Nichols de Missouri. Alegaram-se que as reformas centralizadoras - promovendo "operações combinadas" - impediriam a repetição de falhas operacionais que marcaram as operações militares dos Estados Unidos durante a década de 1970 e início de 1980 - operações destinadas a resgatar reféns (Son Tay, Mayaguez, e Desert One) e para proporcionar estabilidade regional (Beirute e Granada). Foi a peça mais importante da legislação de defesa desde a Lei de Segurança Nacional de 1947, Goldwater-Nichols teve como objetivo fortalecer a autoridade civil dentro do Pentágono, para melhorar a qualidade; a velocidade de aconselhamento militar fornecido às autoridades do comando nacional, para melhorar as habilidades dos serviços para conduzir operações conjuntas; e para melhorar a eficiência do sistema de defesa como um todo. Estas reformas mudaram significativamente os processos de interação entre líderes civis e seus principais conselheiros militares – e o equilíbrio de poder nas relações civis-militares americanas. Goldwater-Nichols pode ter ajudado a contribuir para a oportunidade dos militares de "resistir" ao controle civil, especialmente o que foi visto na década de 1990.” (SAPOLSKY; GHOLZ e TALMADGE, 1999, p.53-54)

cooperação para os principais desafios ambientais, garantindo a sustentabilidade e *segurança ambiental* do planeta, bem como o crescimento e oportunidades para todos”. (NSS, 1991, p.3)

4.1 Objetivos gerais da *National Security Strategy*

A *National Security Strategy (NSS)* é um relatório que tem como um de seus objetivos, proporcionar um ponto de chegada, na medida em que é um documento declaratório da visão do poder executivo, diálogo necessário para atingir um entendimento entre os diferentes órgãos governamentais norte-americanos. A exigência de elaboração deste relatório, juntamente com o pedido de orçamento, leva a um processo interativo e interinstitucional, envolvendo reuniões de alto nível que ajudam a resolver as diferenças internas nas agendas de política externa.

Para Snider (1995), este relatório não era para ser um documento de planejamento neutro, pelo contrário, foi destinado a servir cinco principais propósitos: (1) Comunicar a visão estratégica do Executivo ao Congresso, e assim legitimar os seus pedidos de recursos. (2) Comunicar a visão estratégica do Executivo a grupos de interesse. (3) Comunicar-se com as escolhas de público doméstico, tais como aliados políticos que buscam reconhecimento presidencial de seus problemas, e aqueles que esperam ver uma estratégia coerente e previdente, na qual possa ser apoiada. (4) Criar consenso interno sobre a política externa e de defesa no âmbito do Poder Executivo. (5) Contribuir para a agenda global do presidente, tanto em termos de conteúdo quanto de mensagens.

É através dela que o governo pode falar com unidade, uma vez que tem uma audiência maior que Congresso e pode ser particularmente útil em momentos de crise. “O presidente age como o representante mais elevado do Estado, tomador de decisão, chefe de equipe, e combina as questões de segurança que representam seus interesses e de seu partido com as recomendações do Conselho de Segurança Nacional, o Departamento de Defesa, o Departamento de Estado, Agência Central de Inteligência, e do Escritório de Gestão e Orçamento”. (FLOYD, 2010, p. 63)

Floyd (2010) enumera ainda as agências governamentais mais relevantes ligadas diretamente a *NSS*, que seriam: o Departamento de Defesa (DOD) (composto por Exército, Marinha, Força Aérea e Corpo de Fuzileiros Navais), o Departamento de Energia (DOE), a Agência de Proteção Ambiental (EPA), o Agência Central de

Inteligência (CIA), o Departamento de Estado (DOS) e de uma maneira não tão direta, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

A NSS é um documento de cunho declaratório e não necessariamente todas as suas diretrizes serão colocadas em prática ou realizadas de uma maneira tão clara quanto expostas no documento, ou mesmo abordadas como um problema de segurança nacional como elucidadas.

Jack Goldstone (1996) aborda a segurança nacional em dois pontos, ameaças ou eventos, que podem ser qualificados como tal interesse: (1) ameaça a própria sobrevivência da nação; (2) evento que ameaça reduzir drasticamente o bem-estar da nação de uma forma que requer uma mobilização nacional, coordenação central de recursos para amenizar ou reverter uma situação. A partir destes dois pontos como uma definição de segurança nacional, elucida-se que “não é qualquer ameaça ou diminuição do bem-estar que constitui uma ameaça à segurança nacional, o que constitui tal ameaça é uma questão de percepção, avaliação e grau - e em uma democracia, um assunto legítimo de debate nacional” (GOLDSTONE, 1996, p. 66).

4.2 Questões ambientais na *National Security Strategy*

Desde a criação da Lei Goldwater-Nichols, 15 relatórios foram publicados, dois durante a segunda administração Reagan (1987, 1988), três pela administração de George W. H. Bush (1990, 1991, 1993), sete pelo governo de Bill Clinton (1994-1999 e 2001), dois pela administração de George W. Bush (2002 e 2006) e um pela atual administração de Barack Obama, em 2010⁵⁵. Serão analisados os documentos das administrações do pós- Guerra Fria.

4.2.1 O governo George H. W. Bush

A ampliação da agenda de segurança tem seu início antes mesmo do fim da Guerra Fria⁵⁶. Foi na administração Regan que a NSS faz sua primeira abordagem quando ao

⁵⁵ Os arquivos encontram-se disponíveis no sítio: <http://nssarchive.us/>

⁵⁶ Em 1987 foi lançado o Relatório *Our Common Future* ou como ficou conhecido, Relatório *Brundtland* (em virtude de ter sido organizado por Gro Harlem Brundtland), apresentando pela primeira vez a definição de Desenvolvimento Sustentável. Segundo Miyamoto (2001), o Relatório também faz referência a segurança ambiental, retirando o foco do Estado-nação como único gerenciador de recursos naturais. Explicita que a segurança tradicional deve ser repensada incorporando outras variáveis, como a questão ambiental. Neste mesmo ano aconteceu a implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que

“esgotamento ou contaminação das riquezas naturais do solo de alguns países, florestas, águas e ar,” (NSS, 1988, p.6), abordados como então “principais ameaças aos interesses dos Estados Unidos”.

O governo de George H. W. Bush publicou três NSS, todas ainda sofrendo forte influência do fim da Guerra Fria. Seu primeiro relatório tentou abordar a nova realidade que a União Soviética e Europa Oriental traziam, porém o relatório trouxe uma abordagem cautelosa. Desta forma também se mostraram a abordagem dos recursos ambientais, e preservação ao meio ambiente, que aparecem de forma pífia.

O segundo relatório, publicado em 1991, tenta ampliar de maneira considerável a definição de segurança nacional, destacando conflitos regionais como o foco da organização das capacidades militares, ampliando a discussão da contenção nuclear e incluindo a economia na definição de segurança nacional.

Aborda-se uma nova agenda para segurança, com novos tipos de questões de segurança, onde o meio ambiente é abordado de forma abrangente, desde as depredações ambientais de Saddam Hussein (a partir de incêndios de óleos combustíveis no Kuwait) até a preservação das florestas tropicais para a resolução de disputas de água e avaliações quanto às mudanças climáticas, em sua maioria na agenda para a cooperação internacional americana.

Um tópico específico para meio ambiente é abordado no item “Relacionando os meios com os fins: uma agenda econômica para a década de 1990”, que elucida os custos que o crescimento pode impor ao meio ambiente, e abordando preocupações ambientais “inter-relacionados como o esgotamento do ozônio estratosférico, mudança climática, segurança alimentar, abastecimento de água, o desmatamento, a biodiversidade e tratamento de resíduos” (NSS, 1991, p.22).

O governo Bush utilizou o termo segurança ambiental: “Os Estados Unidos procuram, sempre que possível em conjunto com seus aliados, a [...] alcançar soluções internacionais de cooperação para os principais desafios ambientais, garantindo a sustentabilidade e *segurança ambiental* do planeta, bem como o crescimento e oportunidades para todos”. (NSS, 1991, p. 3), enquadrando questões ambientais como de interesse e segurança nacional e não apenas na esfera da cooperação.

Já em 1993, ao contrário dos relatórios anteriores, tentou-se demonstrar as realizações do passado ao invés de apontar o caminho a seguir, uma vez que o partido

Destroem a Camada de Ozônio, ambos levaram a questão ambiental a um novo patamar na agenda internacional.

republicano deixava o poder depois de doze anos. Quanto ao conteúdo estratégico, poucas mudanças foram feitas e apenas enfatizam a transição de uma estratégia de contenção para o de um engajamento coletivo, “com o objetivo de se alcançar uma “paz democrática” e da necessidade absoluta de liderança americana em alcançá-la, mesmo que de forma limitada, em um mundo de crescentes interdependências” (SNIDER, 1995, p.10). A estratégia continuou contando com uma sessão exclusiva para o meio ambiente, sendo associada a estratégia econômica do país.

4.2.2 O governo Bill Clinton

A administração Clinton elaborou sete estratégias diferentes, em oito anos de governos, e acabou por criar uma estrutura no âmbito do poder executivo, que permitia abordar cada um dos pontos de vista sobre a segurança nacional pelos diferentes órgãos governamentais, dentre eles: (1) opções militares para a segurança e estabilidade do Departamento de Defesa, relações bilaterais e questões transnacionais com um enfoque regional, (2) dentro do “Departamento de Estado e da equipe da Casa Branca, considerações de segurança econômica, particularmente como elas influenciam a economia doméstica, no Conselho Econômico Nacional apoiado pelos Departamentos do Tesouro e Comércio, e do Representante de Comércio dos EUA, e, por questões de segurança ambiental, no Gabinete do Vice-Presidente” (SNIDER, 1995, p.11). As opiniões dos representantes ministeriais só poderiam ser difundidas em conjunto, pelo próprio Presidente, e não mais pelo Conselheiro de Segurança Nacional ou Chefe da Casa Civil.

O conceito de segurança passa a ser mais amplo que o utilizado pelas administrações anteriores. Dado o novo ambiente, com aparentemente nenhuma ameaça militar à segurança física da nação, este é o momento em que se começa a conferir uma maior *atenção* à questão ambiental e a outras agendas de *soft power*, observando-se a redução do orçamento de defesa dos Estados Unidos. O governo definiu a segurança como “proteger o nosso povo, o nosso território e nosso modo de vida”. As diferentes estratégias lançadas durante o governo deixaram claro que houve uma contribuição destes meios supracitados, que ajudaram a construir a definição de segurança ambiental, contribuindo para melhorar a segurança de uma maneira geral e a manutenção de uma forte capacidade de segurança.

Em 1994 e 1995, quando Clinton lança suas duas *National Security Strategy of Engagement and Enlargement*, ele relaciona o meio ambiente com segurança nacional:

Proteger a segurança da nossa nação - o nosso povo, o nosso território e nosso modo de vida - é a missão mais importante da minha administração e um dever constitucional. O fim da Guerra Fria mudou fundamentalmente imperativos de segurança dos Estados Unidos. [...] Os perigos que enfrentamos hoje são mais diversificados. [...] Degradação ambiental em grande escala, agravada pelo crescimento rápido da população, ameaça minar a estabilidade política em muitos países, assim como regiões. [...] Em todos os casos, a natureza de nossa resposta deve depender do que melhor serve os nossos interesses nacionais de longo prazo. Tais exigências começam com o bem-estar a nossa defesa física e econômica.

O documento além de citar o termo segurança ambiental, faz uma relação entre os riscos provenientes de uma má administração dos ecossistemas, que possa causar desastres ambientais ou degradação em grande escala, sendo a estratégia que mais focou em questões relacionadas à segurança ambiental.

Também incluem segurança ambiental. [...] A gama de riscos ambientais graves o suficiente para pôr em risco a estabilidade internacional estende-se a enorme fuga populacional causada por catástrofes feitas pelo homem ou naturais, tais como Chernobyl ou a seca do Leste Africano, e danos em larga escala a ecossistemas causados pela poluição industrial, desmatamento, perda de biodiversidade, a destruição da camada de ozônio, a desertificação, a poluição dos oceanos e, finalmente, a mudança climática. [...] O rápido crescimento populacional nos países em desenvolvimento e os padrões insustentáveis de consumo nos países industrializados são a raiz de ambas as formas atuais e potencialmente ainda maior de degradação ambiental e esgotamento de recursos. (NSS, 1994-1995)

A estratégia de 1999 pretendia “contemplar três objetivos informados no prefácio: reforçar a segurança dos Estados Unidos; apoiar sua prosperidade econômica e promover a democracia e os direitos humanos internacionalmente”. (SVARTMAN, 2012, p. 25)

As questões relacionadas ao meio ambiente foram relacionadas e abordadas como prováveis causas a epidemias como a poliomielite, a tuberculose e AIDS, ou ainda segurança alimentar.

Segundo a NSS, “no futuro, enfrentaremos ameaças potencialmente mais devastadoras se não formos capazes de evitar danos irreparáveis aos ecossistemas regionais e do meio ambiente global. Outras questões ambientais, como a concorrência sobre os escassos recursos de água doce, são uma ameaça potencial para a estabilidade em várias regiões”. (NSS, 1999, p. 3)

As decisões de hoje em relação ao ambiente e dos recursos naturais podem afetar a nossa segurança e das demais gerações. Ameaças ambientais não acatam as fronteiras nacionais; perigo ambiental no exterior pode representar perigos a longo prazo para os americanos, segurança e bem-estar. Escassez de recursos naturais podem desencadear e agravar conflitos. Ameaças ambientais

como as alterações climáticas, redução do ozônio estratosférico, a introdução de plantas e espécies animais, diminuição de peixes, florestas e outros recursos vivos naturais, e o movimento transnacional de produtos químicos e resíduos perigosos ameaçam diretamente a saúde e o bem-estar econômico dos cidadãos dos Estados Unidos. (NSS, 1999, p. 13)

O documento aborda a resposta diplomática a tais ameaças, como o Protocolo de Kyoto, porém faz alusão a respostas comuns sem diferenciação de capacidades entre os países: “É preciso pressionar para a participação dos principais países em desenvolvimento e que não apresentará o protocolo de Kyoto para a ratificação até que eles concordaram em participar de modo significativo nos esforços para enfrentar o aquecimento global”. (NSS, 1999, p.13)

4.2.3 O governo George W. Bush

Em 2002 foi lançada a primeira estratégia da nova administração, que ficou mais conhecida como parte da “doutrina Bush”⁵⁷, em meio à polêmica sobre a guerra preventiva. Elencam-se três grandes objetivos: (1) defender a paz, combater “terroristas e tiranos”; (2) preservar a paz, “construir boas relações entre as grandes potências”, e, (3) estender a paz, “encorajar sociedades livres e abertas em todos os continentes”. (HAINE, LINDSTRÖM, 2002)

Segundo Svartman, “a *National Security Strategy* de 2002 é uma resposta direta aos atentados de 11 de setembro de 2001, sendo inteiramente dominada pela “guerra global ao terrorismo”. Marcado pelo tom fortemente assertivo e por passagens inflamadas” (SVARTMAN, 2012, p. 27).

O documento acaba por expressar diferentes pontos de vista dentro do governo. Torna-se relativamente fácil mapear essas diversas opiniões manifestadas por vários departamentos, em especial os Departamentos de Defesa e Estado, como a promoção de ideias antigas, a remoção de Saddam Hussein é um destes exemplos, ou mesmo uma mudança de prioridades. Mas mais importante do que os diferentes pontos de vista é a posição assumida por Bush, de defender e expandir a democracia e as liberdades em todo o mundo (HAINE; LINDSTRÖM, 2002).

Questões ambientais são rapidamente mencionadas e elencadas juntamente com proteção a trabalhadores: “Vamos incorporar preocupações ambientais e trabalhistas em

⁵⁷ A doutrina Bush foi uma tentativa de ajustar a política externa dos Estados Unidos para a nova realidade que o pós-11/09 impunha ao governo.

negociações comerciais dos EUA, criando uma saudável “rede” entre os acordos ambientais multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e usar a Organização Internacional do Trabalho (OIT), programas de preferências comerciais, e negociações comerciais para melhorar as condições de trabalho em conjunto com um comércio mais livre” (NSS, 2002, p. 19).

A segurança energética também é elencada juntamente com questões ambientais:

Também vamos continuar a trabalhar com nossos parceiros para desenvolver tecnologias energéticas mais limpas e eficientes. O crescimento econômico deve ser acompanhado de esforços globais para estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa associados com este crescimento, contendo-os em um nível que evite uma interferência humana perigosa no clima global. Nosso objetivo geral é reduzir as emissões de efeito estufa da América, do gás em relação ao tamanho da nossa economia, o corte de emissões por unidade de atividade econômica em 18 por cento nos próximos 10 anos, até o ano de 2012. (NSS, 2002, p.19)

De uma maneira geral, a NSS de 2006 segue na mesma linha da de 2002, girando novamente em torno da ameaça do terrorismo e da economia norte-americana. A estratégia cita a degradação ambiental, enchentes, furacões, terremotos e tsunamis como problemas não tradicionais de segurança nacional, mas que se não forem levados em conta, tornaram-se ameaças à segurança nacional. O exemplo utilizado são as respostas aos furacões Katrina e Rita, que necessitaram de um amplo sistema de comunicações e coordenação com o governo federal, utilizados em tempos de crise. A estratégia aborda ainda a questão da segurança e independência energética, voltadas para a busca por fontes de energia limpas e sustentáveis.

4.2.4 O governo Barack Obama

Em 26 de maio de 2010, foi lançada a mais recente NSS emitida pelo presidente Barack Obama. A nova estratégia tomou uma posição diferente das anteriores, aumentando o engajamento com a Rússia, China e Índia, enfatizando o valor da cooperação global, o desenvolvimento de parcerias de segurança mais amplas, onde não-proliferação nuclear e mudança climática são consideradas prioridades. A estratégia circula em grande parte pelo problema de reviver a economia americana e pela decisão consciente de remover termos como “radicalismo islâmico”, para então abordar-se o terrorismo em termos mais gerais.

Especificamente quanto às questões ambientais, elenca-as como um perigo real e que os Estados Unidos “vão enfrentar a mudança climática, portanto, com base em

orientação clara da ciência, e em cooperação com todas as nações para que não há solução eficaz às alterações climáticas que não dependem de todas as nações assumam a responsabilidade por suas próprias ações e para o planeta que vão deixar para trás”. (NSS, 2010, p. 47). O documento faz ainda uma diferenciação entre estas questões internas e externas dos Estados Unidos.

Internamente, aborda o esforço para estimular a economia, aumentar os padrões de eficiência, investir em energia renovável, e fornecer os incentivos que tornam a energia limpa o tipo de energia lucrativa, e a partir disto fazer cortes profundos nas emissões de gases na faixa de 17 por cento até 2020 e mais de 80 por cento até 2050.

No exterior, aborda parcerias regionais para energia limpa, e globalmente, a implementação e desenvolvimento do Acordo de Copenhague, para assegurar uma resposta às mudanças climáticas baseadas em uma ação decisiva por todas as nações, bem como a redução das emissões de gases e cumprimento de seus compromissos de forma transparente. Aborda a mobilização financeira necessária para que os países em desenvolvimento possam se adaptar às mudanças climáticas, reduzir a seus impactos, conservar as florestas, e investir em tecnologias de energia limpa, e a busca pela cooperação global através de múltiplos caminhos.

A estratégia é concluída com a seguinte frase: “Nós aceitamos o princípio de respostas comuns, mas diferenciadas em relação às respectivas capacidades de cada Estado, mas vamos insistir que qualquer abordagem baseie-se em cada nação assumir a responsabilidade por suas próprias ações” (NSS, 2010, p. 47), o que vai ao encontro com posições de países emergentes como o Brasil, expressas em conferências anteriores como a Rio-92 e menos com posições adotadas anteriormente pelos Estados Unidos.

A incorporação de uma política para a segurança ambiental na *National Security Strategy* apresenta alguns fatores positivos, como o fato de preocupações ambientais agora figurarem na agenda norte-americana, criando uma abertura ao diálogo com planejadores da segurança nacional, mesmo que interpretados de uma forma paróquial e excessivamente restrita. A abordagem mais sensível da NSS para com a compreensão de problemas ambientais, reconhecendo a necessidade de formas não coercivas de diplomacia e da ratificação de tratados e convenções internacionais representa pequenos ganhos positivos feitos pela NSS e pelo Departamento de Estado (BARNET, 2001a).

5. DISCURSOS PRESIDENCIAIS

Serão analisados aqui os discursos do *State of Union* anuais. O *State of Union Address*⁵⁸ é uma comunicação entre o Presidente e o Congresso, em que os relatórios executivos sobre as condições atuais dos Estados Unidos fornecem propostas políticas para o próximo ano legislativo⁵⁹. No decorrer do discurso, os presidentes podem advogar por políticas que já estão sendo consideradas pelo Congresso, apresentar ideias, ou ameaçar vetos. Presidentes também podem usar o discurso para aumentar a atenção da mídia para um problema particular, onde o discurso aborda duas audiências simultaneamente, o Congresso e a população norte-americana⁶⁰. (SHOGAN; NEALE, 2014)

“O presidente deve receber o apoio da maioria na Câmara, e muitas vezes uma maioria no Senado, para aprovar as suas propostas legislativas.” (SHOGAN; NEALE, 2014, p.14) Nos últimos anos a pressão da opinião pública tem ajudado a convencer o Congresso a adotar a agenda política dos presidentes, usando o *State of Union Address* como um veículo inicial para apresentar as prioridades da política para uma audiência maior do que apenas o Congresso.

Os presidentes podem se utilizar do discurso para desenvolver duas próprias definições de determinados temas apresentados, movendo-se entre temas históricos e questões contemporâneas isto tornou-se comum na prática retórica. Usando o passado para explicar as propostas legislativas e decisões é um método que visa legitimar o programa político da administração vigente⁶¹. (SHOGAN; NEALE, 2014)

⁵⁸ Para mais informações sobre o *State of the Union Address* ver: SHOGAN, Colleen J.; NEALE, Thomas H. **CRS Report for Congress**. The President's State of the Union Address: Tradition, Function, and Policy Implications. 2014. Disponível em: <http://fas.org/sgp/crs/misc/R40132.pdf> Acesso em: 01 fev. 2014.

⁵⁹ “Do ponto de vista do Congresso, o *State of the Union Address* pode ser considerado o mais importante discurso presidencial do ano. Apesar dos Presidentes poderem pedir para abordar o Congresso em sessão conjunta em ocasiões extraordinárias, o *State of the Union Address* é onde os presidentes tem uma sessão regularmente programada para se aventurar na Câmara, apresentar suas prioridades programáticas e definir o tom para o ano seguinte. Embora presidentes modernos se comuniquem com o Congresso e o público de forma consistente e persistente, o *State Union Address* fornece ao presidente uma oportunidade única de apresentar toda a sua plataforma política em um discurso. Do ponto de vista do Presidente, o discurso evoluiu de um dever constitucional para uma fonte de poder executivo e autoridade. Diante do público americano, anualmente o Presidente combina várias funções constitucionais: chefe de Estado, Chefe-Executivo, principal diplomata, comandante-em-chefe, e o chefe legislador. Além deste discurso, não há outra oportunidade anual para o presidente mostrar todo o seu arsenal de poderes constitucionais.” (SHOGAN; NEALE, 2014, p.1)

⁶⁰ Não serão analisados os discursos dos anos 2009, 2001, 1993 e 1989. Estes discursos foram feitos logo após a posse dos presidentes, porém não são oficialmente considerados *State of the Union Addresses*.

⁶¹ “Evidências também sugerem que os presidentes podem capturar com sucesso a atenção do público por mencionar uma proposta política. Maior ênfase em determinada proposta, se traduz em um maior nível de interesse público em uma área política específica. Ambos argumentos substantivos (em que o presidente tomou uma posição sobre um tema) e retórica simbólica (em que o presidente falou em geral sobre um

5.1 Discursos de George W. H. Bush

Dos três *State of the Unions Addresses* proferidos por George H. Bush, o discurso de 1990 é o que mais aborda questões relacionadas ao meio ambiente ao tentar reconciliar a um meio ambiente limpo com uma economia forte. Aborda a elevação de orçamento para a proteção ambiental e pesquisas sobre mudanças ambientais (respectivamente US\$2 e US\$1 bilhões). A gestão dos recursos ambientais e diminuição da burocracia da Agência de Proteção Ambiental também passam pelo discurso.

Em 1991 uma estratégia energética nacional aparece do discurso, buscando eficiência, desenvolvimento e combustíveis alternativos e em 1992 a questão energética aparece apenas como mais uma proposta que espera pela ação do Congresso, onde questões ambientais mais gerais não são citadas.

5.2 Discursos de Bill Clinton

Clinton fez o seu primeiro *State of the Union Address* em 1994 e diferentemente de Bush, conectou a diminuição de gastos militares com investimentos para a proteção do meio ambiente.

Ao reduzirmos os gastos com defesa, peço ao Congresso que invista mais nas tecnologias do futuro. A conversão da defesa vai nos manter fortes militarmente e criar empregos para o nosso povo em casa. Ao protegermos o nosso meio ambiente, temos de investir nas tecnologias ambientais do futuro que irão criar postos de trabalho. Este ano vamos lutar por uma Lei da Água Limpa revitalizada e uma Lei da Água Potável e de um programa de fundos reformado. (CLINTON, 1994)

O discurso elencou ameaças aos Estados Unidos, entre elas, proliferação de armas e degradação ambiental:

Claro, ainda existem perigos no mundo: a proliferação de armas desenfreada, os conflitos regionais, as tensões étnicas e nacionalistas em muitas novas democracias, grave degradação ambiental em todo o mundo, e fanáticos que procuram paralisar cidades do mundo com o terror. Como a maior potência do mundo, devemos, portanto, manter nossas defesas e as nossas responsabilidades. Este ano, garantimos julgamentos contra os terroristas e sanções contra aqueles que os abrigam. Nós trabalhamos para promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável. Conseguimos acordos

assunto, mas não ofereceu uma recomendação específica) pode aumentar a atenção do público. O ato de apenas mencionar um problema no *State Union Address* tem o poder de aumentar a consciência do público sobre ele. Em uma análise dos discursos de 2004, entre 1946-2003, a cada 50 palavras do presidente dedicadas a uma questão resultaram em um aumento de 2% no poder do público de identificar esse problema como o mais importante do país.” (SHOGAN; NEALE, 2014, p.7)

com a Ucrânia, com a Bielorrússia, com o Cazaquistão, eliminar completamente o seu arsenal nuclear. Estamos trabalhando para conseguir uma Península Coreana livre de armas nucleares. Vamos buscar a rápida ratificação de um tratado para proibir as armas químicas no mundo todo. E hoje cedo, nos juntamos com mais de 30 nações para iniciar negociações sobre uma proibição total de testes nucleares. (CLINTON, 1994)

Apesar de no discurso de 1995 Clinton não fazer novamente este tipo de relação, nos anos seguintes a questão ambiental foi algo recorrente. Em 1996, a questão de um meio ambiente limpo e seguro foi proferida mais de uma vez⁶², e novamente questões ambientais foram incluídas como uma ameaça pra a segurança do Estado⁶³.

[...] deixar nosso ambiente seguro e limpo para a próxima geração. Por causa de uma geração de esforço bipartidário temos água limpa e ar, os níveis de chumbo no sangue das crianças foi reduzido em 70 por cento, as emissões tóxicas das fábricas cortadas pela metade. O lago Erie estava morto, e agora é um recurso prosperando. Mas 10 milhões de crianças menores de 12 anos ainda vivem dentro de 4 quilômetros de um depósito de lixo tóxico. Um terço de nós respiramos ar que põe em risco a nossa saúde. E, em muitas comunidades a água não é segura para beber. Ainda temos muito a fazer. (CLINTON, 1996)

No mesmo ano o Departamento de Defesa listou os objetivos do departamento no que concerne segurança ambiental: limpeza de bases militares; conformidade com a legislação federal, estadual e internacional ambiental; prevenção da poluição; conservação; planejamento; tecnologia; cooperação internacional militar; educação e treinamento.

⁶² “No entanto, o Congresso votou para cortar a fiscalização ambiental em 25 por cento. Isso significa mais produtos químicos tóxicos em nossa água, mais poluição no nosso ar, mais pesticidas na nossa alimentação. Os lobistas dos poluidores foram autorizados a escrever suas próprias falhas em projetos de lei para enfraquecer as leis que protegem a saúde e a segurança de nossos filhos. [...] Eu desafio o Congresso a reexaminar as políticas e revertê-las. Esta questão não tem sido uma questão partidária. Os ganhos ambientais mais significativos nos últimos 30 anos foram feitos sob um Congresso democrata e pelo presidente Richard Nixon. Nós podemos trabalhar juntos. Temos que acreditar em algumas coisas básicas. Você acredita que podemos expandir a economia sem prejudicar o meio ambiente? Eu acredito. Você acredita que pode criar mais postos de trabalho ao longo do tempo com a limpeza do meio ambiente? Eu sei que nós podemos. Esse deve ser o nosso compromisso. Devemos desafiar empresas e comunidades a tomar mais iniciativa na proteção do meio ambiente, e nós temos que torná-la mais fácil para que eles possam fazer isso. Para as empresas esta administração está dizendo, se você pode encontrar uma maneira mais barata e mais eficiente do que os regulamentos governamentais exigem para atender aos padrões de poluição, faça, contanto que você faça isso direito. Para as comunidades que dizemos, é preciso reforçar as leis que necessitam que os poluidores divulguem suas emissões, mas temos que usar as informações para trabalhar com as empresas para reduzir a poluição. As pessoas têm o direito de saber que o seu ar e suas águas são seguros.” (CLINTON, 1996)

⁶³ “As ameaças que enfrentamos hoje como americanos, não respeitam as fronteiras do país. Pense nelas: o terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, ao crime organizado, tráfico de drogas, o ódio étnico e religioso, a agressão por estados párias, a degradação ambiental. Se não formos capazes de responder a estas ameaças de hoje, vamos sofrer as consequências no nosso amanhã.” (CLINTON, 1996)

Já em 1997, Clinton abordou a limpeza de lixo tóxico⁶⁴ e a proteção e recuperação de determinadas áreas nacionais⁶⁵, assim como elucidando um meio ambiente não seguro como uma ameaça⁶⁶. E em 1998, os discursos passaram a abordar mudanças climáticas, aquecimento global e eficiência energética, pontos que antes não haviam sido incluídos nos discursos⁶⁷.

O discurso de 1999 teve seu foco no comércio internacional, e desta maneira a questão ambiental foi majoritariamente ligada ao comércio⁶⁸. Em seu último discurso no

⁶⁴ “Devemos proteger o nosso meio ambiente em cada comunidade. Nos últimos 4 anos, limpamos 250 locais de resíduos tóxicos, tantos quanto nos 12 anos anteriores. Agora nós devemos limpar mais de 500, para que nossos filhos cresçam ao lado de parques, e não de veneno. Eu os chamo a aprovar a minha proposta de fazer grandes poluidores a viverem por uma regra simples: se você poluir o nosso ambiente, você deve pagar para limpá-lo.” (CLINTON, 1997)

⁶⁵ “Nos últimos 4 anos, fortalecemos leis de alimentos e água potável seguras para nossa nação. Nós protegemos alguns dos mais raros e bonitos lugares da região do Utah, criamos três novos parques nacionais no deserto da Califórnia, e começamos a restaurar o *Everglades*, na Flórida. Agora, temos de ser tão vigilantes com nossos rios como fomos com nossas terras. Hoje à noite eu anuncio que este ano vou designar 10 rios como patrimônio ambiental, para ajudar as comunidades ao lado deles a revitalizar as suas fontes de água e limpar a poluição nos rios, provando mais uma vez que podemos crescer na economia como nós protegemos o meio ambiente. Nós também devemos proteger o nosso ambiente global, trabalhando para banir os piores produtos químicos tóxicos e reduzir os gases de efeito estufa que desafiam a nossa saúde, mesmo quando eles mudam o nosso clima.” (CLINTON, 1997)

⁶⁶ “[...] mas nós temos um inimigo. O inimigo do nosso tempo é a inação. Então, hoje eu os chamado à ação: ação por este Congresso, a ação de nossos Estados, pelo nosso povo, para preparar a América para o século 21; ação para manter a nossa economia e nossa democracia forte e trabalhando para todo o nosso povo; ação para fortalecer a educação e aproveitar as forças da tecnologia e da ciência; ação para construir famílias mais fortes e comunidades mais fortes e um ambiente mais seguro; ação para manter a América como a maior força do mundo para a paz, liberdade e prosperidade; e acima de tudo, a ação para construir uma união mais perfeita em casa.” (CLINTON, 1997)

⁶⁷ “Nosso primordial desafio ambiental hoje é o problema mundial das mudanças climáticas, aquecimento global, a crise que exige ação mundial. A grande maioria dos cientistas concluíram inequivocamente que, se não reduzirmos as emissões de gases de efeito estufa, em algum momento no próximo século, vamos interromper nosso clima e colocar os nossos filhos e netos em risco. Em dezembro passado, a América levou o mundo a um acordo histórico ao comprometer nossa nação para reduzir as emissões de gases de efeito estufa por meio de forças de mercado, novas tecnologias, a eficiência energética. Podemos agir aqui e agora. Proponho \$6 bilhões em cortes de impostos para pesquisa e desenvolvimento, incentivando a inovação, energia renovável, carros com combustível eficiente, casas com eficiência energética. Toda vez que agimos para curar o nosso meio ambiente, os pessimistas têm-nos dito que iríamos prejudicar a economia. Bem, hoje, a nossa economia é a mais forte em uma geração, e nosso ambiente é o mais limpo em uma geração. Temos sempre uma maneira de limpar o ambiente e fazer crescer a economia ao mesmo tempo. E quando se trata de aquecimento global, nós vamos fazê-lo novamente.” (CLINTON, 1998)

⁶⁸ “Eu peço-lhes que apoiem a criação de um sistema de comércio mais livre e mais justo para a América do século 21. Eu gostaria de dizer algo realmente sério para todos nesta Câmara em ambas as partes. Eu acho que o comércio nos dividiu, e dividiu os americanos fora desta Câmara, por muito tempo. De alguma forma, temos de encontrar um terreno comum em que empresas e trabalhadores e ambientalistas e agricultores e o Governo possam ficar juntos. Eu acredito que estas são as coisas que devemos todos concordar. [...] Em primeiro lugar, devemos derrubar as barreiras, a abertura dos mercados, e expandir o comércio. Mas, ao mesmo tempo, temos de assegurar que os cidadãos comuns em todos os países realmente se beneficiem do comércio, um comércio que promova a dignidade do trabalho e os direitos dos trabalhadores e proteja o meio ambiente. Devemos insistir que organizações internacionais de comércio sejam mais abertas ao escrutínio público, em vez de misteriosas, coisas secretas sujeitas a críticas selvagem. Agora que a economia mundial está se tornando mais e mais integrada, temos que fazer no mundo o que passou a maior parte deste século a fazer aqui em casa. Temos que colocar um rosto humano sobre a economia global.” (CLINTON, 1999)

ano de 2000, Clinton abordou novamente o meio ambiente relacionado ao comércio internacional, mudanças climáticas, aquecimento global⁶⁹ e fontes de energia limpa e renováveis⁷⁰.

Os discursos proferidos durante os oito anos do mandato Clinton foram de encontro com o que podemos ver sendo realizado durante os anos de governo, como criação de um Departamento de Segurança Ambiental e diferentes regulações por parte da Agencia de Proteção Ambiental como novas normas para as fábricas de produtos químicos, alterações no *Safe Drinking Water Act* e novos padrões para a qualidade do ar.

Preocupações com o meio ambiente aparecerem no primeiro governo pós-Guerra Fria, mas foi apenas a partir de 1993 que preocupações com crescimento da poluição ambiental juntaram-se com questões de segurança. Mudanças durante o governo Clinton manifestaram-se em termos de liderança, comprometimento, orçamento e na criação de novas políticas e instituições que abordaram questões de segurança ambiental.

Segundo Floyd, a estratégia de defesa da segurança ambiental nos EUA teve resultados positivos como a criação de um orçamento anual estável de 5 bilhões dólares (1994-2000), a introdução de uma estratégia de prevenção da poluição em 1994 e bem sucedidas missões de limpeza no exterior. Vale destacar que grande parte da responsabilidade pelos êxitos da questão ambiental foram o cumprimento de uma já existente legislação estadual, federal e internacional ambiental⁷¹. (FLOYD, 2008)

5.3 Discursos de George W. Bush

⁶⁹ “O maior desafio ambiental do novo século é o aquecimento global. Os cientistas nos dizem que a década de 1990 foi a década mais quente de todo o milênio. Se não formos capazes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, as ondas de calor mortais e secas se tornarão mais frequentes, as zonas costeiras inundarão, e as economias serão interrompidas. Isso vai acontecer, se não agirmos. Muitas pessoas nos Estados Unidos, algumas pessoas nesta Câmara, e várias pessoas ao redor do mundo ainda acreditam que não se pode cortar as emissões de gases de efeito estufa, sem abrandar o crescimento econômico. Na era industrial, isso pode muito bem ter sido verdade. Mas nesta economia digital, isso não é mais verdade. As novas tecnologias permitem reduzir as emissões nocivas e proporcionar ainda mais o crescimento.” (CLINTON, 2000)

⁷⁰ “Para acelerar a inovação neste tipo de tecnologias, eu acho que devemos dar um grande incentivo fiscal para as empresas para a produção de energia limpa, e às famílias para a compra de casas e aparelhos de energia limpa e da próxima geração de carros supereficientes quando estes chegarem o *showroom*. Peço também a indústria automobilística para utilizar as tecnologias disponíveis para fazerem todos os carros novos mais eficientes em termos de combustível. E eu peço para este Congresso fazer mais uma coisa. Por favor, ajude-nos a fazer mais de nossa tecnologia de energia limpa disponível para o mundo em desenvolvimento. Isso vai criar um crescimento mais limpo no exterior e postos novos de trabalho aqui nos Estados Unidos da América.” (CLINTON, 2000)

⁷¹ Para ver dados completos acerca do orçamento norte-americano para segurança ambiental ver: FLOYD, Rita. **Security and the Environment: Securitisation Theory and US Environmental Security Policy**. Cambridge University Press, 2010.

Em seu primeiro discurso em 2002, George Bush concentrou-se na ameaça que o terrorismo representava, deste modo apenas mencionou a questão energética americana: “Bons empregos dependem também de energia confiável e acessível. Este Congresso deve agir para incentivar a conservação, promover a tecnologia, construir infraestrutura, e deve agir para aumentar a produção de energia em casa para que a América se torne menos dependente do petróleo estrangeiro.” (BUSH, 2002)

Em 2003 apesar de mencionar a questão ambiental de uma forma geral,⁷² o foco ainda foi a autossuficiência energética do país.

Nosso terceiro objetivo é promover a independência energética para o nosso país, enquanto melhoramos drasticamente o meio ambiente. Enviei-lhes um plano de energia abrangente para promover a eficiência energética e conservação, para desenvolver tecnologia mais limpa, e para produzir mais energia em casa. Enviei-lhes a legislação *Clear Skies* que determina um corte de 70 por cento da poluição do ar a partir de propulsores ao longo dos próximos 15 anos. Enviei-lhe uma iniciativa de florestas saudáveis, para ajudar a prevenir os incêndios catastróficos que assolam as comunidades, matam animais selvagens, e queimam milhões de hectares de florestas. (BUSH, 2003)

Em 2004, até mesmo a questão energética pareceu pífia⁷³, sendo que o mesmo ocorreu em 2005:

Para manter nossa economia em crescimento, precisamos também de suprimentos confiáveis de energia a preços acessíveis e ambientalmente responsáveis. Cerca de 4 anos atrás, eu submeti uma estratégia energética abrangente, que incentivava a conservação, fontes alternativas, a modernização da rede elétrica e mais produção energética em casa, incluindo energia nuclear limpa e segura. A legislação *Clear Skies* vai cortar a poluição motor e melhorar a saúde dos nossos cidadãos. E o meu orçamento prevê forte financiamento para tecnologia de ponta, de carros movidos a hidrogênio para limpar o carvão para as fontes renováveis, como o etanol. Quatro anos de debate são suficientes. Eu chamo o Congresso a aprovar uma legislação que torna a América mais segura e menos dependente de energia estrangeira. (BUSH, 2005)

Os discursos de 2006, 2007 e 2008 abordaram de forma mais abrangente a questão da autossuficiência energética do que nos discursos anteriores. Em 2006, Bush anunciou um plano chamado *Advanced Energy Initiative*, que previa o aumento de 22% no

⁷² “Eu os peço que passem estas medidas, para o bem de ambos, nosso meio ambiente e nossa economia. Ainda mais, peço-lhes que deem um passo crucial e protejam o meio ambiente de forma que as gerações que vieram antes de nós não poderiam ter imaginado. Neste século, o maior progresso ambiental acontecerá não por meio de ações judiciais intermináveis ou regulamentos e controle, mas por meio da tecnologia e da inovação. Hoje à noite eu estou propondo \$1,2 bilhão em financiamento em pesquisa para que os Estados Unidos possam liderar o mundo em desenvolvimento, com automóveis movidos a tecnologias limpas de hidrogênio.” (BUSH, 2003)

⁷³ “Os consumidores e as empresas precisam de suprimentos confiáveis de energia para fazer nossa economia funcionar, por isso peço-lhes para passar a legislação, modernizar o nosso sistema de energia elétrica, promover a conservação, e tornar a América menos dependente de fontes externas de energia.” (BUSH, 2004)

orçamento para energia limpa no Departamento de Energia americano. O foco das energias renováveis do governo Bush foram o hidrogênio, etanol e a energia nuclear.

Apenas em 2007 a justificativa para fontes renováveis de energia abordou pela primeira vez a mudança climática, diferentemente do discurso anterior, apenas autossuficiência e não mais dependência energética⁷⁴: “A América está à beira de avanços tecnológicos que nos permitirão viver nossas vidas menos dependente do petróleo. E essas tecnologias irão nos ajudar a ser melhores administradores do meio ambiente, e vão ajudar-nos a enfrentar o sério desafio da mudança climática global.” (BUSH, 2007)

Em 2008 Bush relacionou a questão da dependência em petróleo com segurança e conservação do meio ambiente pela primeira vez em seus discursos ao Congresso americano: “Para construir um futuro de segurança energética, devemos confiar no gênio criativo de pesquisadores e empresários americanos e capacitá-los para serem pioneiros de uma nova geração de tecnologia de energia limpa. A nossa segurança, nossa prosperidade e nosso meio ambiente, eles exigem reduzir nossa dependência do petróleo.” (BUSH, 2008)

Durante todo o seu mandato, Bush esteve preocupado com a ameaça que o terrorismo representava naquela época. O meio ambiente de uma forma geral, não foi uma questão securitizada durante o seu mandato⁷⁵. Porém, podemos analisar que houve uma mudança na abordagem governamental. A questão energética, ou seja, a utilização de recursos naturais, em sua maioria escassos, entraram no debate como preocupações da segurança nacional. Não que esta discussão não estivesse presente anteriormente, mas a discussão sobre incorporação de fontes alternativas, passaram a integrar os discursos.

Parte desta alteração de discurso se deu pelo aumento da poluição nos Estados Unidos, escassez de água e secas na Califórnia, agravadas por catástrofes como o furacão

⁷⁴ “Em 2007, [...] onze generais e almirantes aposentados do exército norte-americano, além da ex-subsecretária de Defesa para a Segurança Ambiental (1993-2000) Sherri W. Goodman, divulgaram um relatório intitulado Segurança Nacional e a Ameaça da Mudança Climática. Esta publicação se enquadra com a velha abordagem “*greening* da defesa”. Assim, em de um lado, destaca o papel da comunidade de defesa e inteligência nesta nova área, por exemplo, através da prevenção e alívio de desastres ambientais; o relatório sugere uma ligação entre as alterações climáticas e a manifestação de terrorismo. No outro, centra-se no estabelecimento de consequências das alterações climáticas para a segurança nacional dos EUA; por exemplo, há uma preocupação com as instalações do Departamento de Defesa situadas em áreas que seriam afetadas pela elevação do nível do mar. A mensagem é clara, a segurança climática deve ser reconhecida como uma ameaça para a segurança nacional e os militares têm um papel importante a desempenhar. (FLOYD, 2008, p.9)

⁷⁵ “A dessecuritização nem sempre leva à politização das questões ambientais. Em vez disso, depois de terem sido dessecuritizadas, questões ambientais podem sair da agenda de políticas completamente. Um caso em questão seria o destino de segurança ambiental dos EUA sob a atual (*sic*) Administração Bush, que viu o fim de iniciativas de segurança ambiental promovidas pelo seu antecessor, sem qualquer politização das referidas questões.” (FLOYD, 2008, p.9)

Katrina, mostrando que desastres naturais podem gerar implicações na segurança nacional do país. Vale mencionar que os Estados Unidos sustentam o discurso de ameaça existencial quanto a questões ambientais conforme a conjuntura e seu impacto na audiência, fazendo com que se priorize os efeitos do furacão Katrina em New Orleans a avaliar os impactos ambientais em outros casos, como por exemplo o da intervenção no Iraque ou Afeganistão.

A busca por fontes renováveis de energia ajuda a diminuir uma preocupação marcante dos EUA. A manutenção de sua infraestrutura para a entrega de petróleo e gás que se encontram em regiões geográficas do mundo que demandam grandes gastos com segurança, sendo transportados por longas distâncias até chegaram aos centros de demanda. (Global Strategic Assessment, 2009)

Floyd considera que a administração Bush foi a principal responsável pelo cunho do termo “segurança energética” nos discursos americanos, e que estes estariam ligados diretamente as questões de segurança econômica, uma vez que os proponentes do termo preocupam-se com o fornecimento de energia em face da escassez de recursos (por exemplo, recursos de petróleo finitos) e com suficiência energética contínua em um mundo menos tolerante ao carbono. “Embora estas questões estejam ligadas à percepção de que algo precisa ser feito contra as alterações climáticas, as motivações para estas não surgem de um interesse no meio ambiente ou o bem-estar de fato humano; ao contrário, é baseado em interesses econômicos.” (FLOYD, 2008, p.10)

5.4 Discursos de Barack Obama

O primeiro *State of the Union Address* de Obama em 2010 abordou o consumo e a eficiência no uso da energia, sua relação com petróleo e gás⁷⁶, o que seria comum em seus oito anos de governo⁷⁷. Ao abordar o uso de petróleo e gás de maneira sustentável, Obama os relaciona a questão das mudanças climáticas:

⁷⁶ “Mas para criar mais desses empregos de energia limpa, precisamos de mais produção, mais eficiência, mais incentivos. E isso significa que a construção de uma nova geração de usinas de energia nuclear limpas e seguras neste país. Isso significa tomar decisões difíceis sobre a abertura de novas áreas *offshore* de desenvolvimento de petróleo e gás. Isso significa que o investimento contínuo em biocombustíveis avançados e tecnologias de carvão limpo. E, sim, isso significa aprovar um projeto energético e climático abrangente, com incentivos que irão finalmente fazer da energia limpa o tipo de energia lucrativa na América.” (OBAMA, 2010)

⁷⁷ Pouco antes de assumir a presidência, o já eleito Obama, falou sobre questões de mudança climática em uma entrevista ao canal de notícias Reuters: “Esta é uma questão de urgência e de segurança nacional e tem que ser tratada de forma séria. Isso é o que eu pretendo fazer no meu governo.” Ver: HOLLAND, Steven.

Eu sei que houveram dúvidas sobre se podemos sustentar essas mudanças em uma economia em crise. Eu sei que há aqueles que não concordam com a evidência científica esmagadora sobre mudanças climáticas. Mas aqui está o ponto - mesmo se você duvide da evidência, proporcionando incentivos para a eficiência energética e energia limpa são a coisa certa a fazer para o nosso futuro - porque a nação que lidera a economia de energia limpa será a nação que lidera a economia mundial. E a América deve ser essa nação. (OBAMA, 2010)

O foco no ano de 2010 parece ser a justificativa do porque o Congresso e a população norte-americana devem apoiar futuros projetos para a construção e regulamentação de plantas de energia limpas e autossustentáveis⁷⁸, bem como a geração de empregos dito limpos⁷⁹.

Obama relaciona segurança comum ao combate a mudanças climáticas:

Essa é a liderança que estamos oferecendo - engajamento que avança para segurança comum e a prosperidade de todos os povos. Estamos trabalhando através do G20 para sustentar uma recuperação global duradoura. Estamos trabalhando com as comunidades muçulmanas em todo o mundo para promover a ciência, educação e inovação. Passamos de um espectador para um líder na luta contra as alterações climáticas. Estamos ajudando os países em desenvolvimento com alimentação, e a continuar a luta contra o HIV/AIDS. E estamos lançando uma nova iniciativa que nos dará a capacidade de responder mais rápida e efetivamente contra o bioterrorismo ou doenças infecciosas - um plano que irá combater as ameaças em casa e fortalecer a saúde pública no exterior. (OBAMA, 2010)

Em 2011 Obama relacionou energia limpa com segurança, proferindo um discurso de que esta seria a hora o povo americano se reinventar⁸⁰: “Vamos investir em pesquisa

Obama Says Climate Change a Matter of National Security. **Reuters**, 9 de dezembro, 2008. Disponível em: www.reuters.com/article/environmentNews/idUSTRE4B86R920081209 Acesso em: 14 mar. 2013.

⁷⁸ “Vocês veem, Washington tem nos dito para esperar por décadas, mesmo que os problemas tenham piorado. Enquanto isso, a China não está esperando para renovar sua economia. A Alemanha não está esperando. A Índia não está esperando. Estas nações - eles não estão parados. Essas nações não estão disputando o segundo lugar. Eles estão colocando mais ênfase em matemática e ciências. Eles estão reconstruindo sua infraestrutura. Eles estão fazendo sérios investimentos em energia limpa, porque eles querem esses empregos. Bem, eu não aceito o segundo lugar para os Estados Unidos da América.” (OBAMA, 2010)

⁷⁹ “Devemos colocar mais americanos para trabalhar em construção de instalações de energia limpa e dar descontos para os americanos que fazem suas casas mais eficientes em termos de energia, que apoiam os trabalhos de energia limpa. E para incentivar essas e outras empresas a ficar dentro de nossas fronteiras, é hora de, finalmente, reduzir os incentivos fiscais para as empresas que enviam nossos empregos para o exterior, e dar a esses incentivos fiscais para empresas que criam empregos aqui nos Estados Unidos da América.” (OBAMA, 2010)

⁸⁰ “Já estamos vendo a promessa de energia renovável. Robert e Gary Allen são irmãos que administram uma pequena empresa de coberturas em Michigan. Depois de 11 de setembro, ofereceram seus melhores telhados para ajudar a reparar o Pentágono. Mas metade de sua fábrica não foi utilizada, e a recessão os atingiu com força. Hoje, com a ajuda de um empréstimo do governo, o espaço vazio está sendo usado para a fabricação de telhas solares que estão sendo vendidas em todo o país. Nas palavras de Robert, “Nós reinventamos a nós mesmos.” Isso é o que os americanos fizeram por mais de 200 anos: reinventamos a nós mesmos. E para estimular mais histórias de sucesso, como os irmãos Allen, que já começaram a reinventar nossa política energética. Não estamos apenas distribuindo dinheiro. Estamos lançando um desafio. Estamos dizendo aos cientistas e engenheiros americanos para que montem equipes das melhores

biomédica, tecnologia da informação e tecnologia de energia limpa, especialmente, um investimento que irá fortalecer a nossa segurança, proteger o nosso planeta, e criar inúmeros novos postos de trabalho para o nosso povo.” (OBAMA, 2011)

Entre os discursos feitos durante os seus seis anos de governo, este foi o discurso do *State of the Union* que mais abordou e aprofundou as questões energia limpa durante o seu mandato.

Agora, os avanços em energia limpa só vão se traduzir em empregos de energia limpa se as empresas souberem que haverá um mercado para o que estão vendendo. Portanto, esta noite, eu desafio vocês a se juntarem a mim na criação de um novo objetivo: em 2035, 80 por cento da eletricidade da América virá de fontes de energia limpa. Algumas pessoas querem energia eólica e solar. Outros querem nuclear, carvão limpo e gás natural. Para atingir esse objetivo, vamos precisar de todos elas - e insisto para que democratas e republicanos trabalhem juntos para que isso aconteça. (OBAMA, 2011)

Em 2012 o discurso foi na mesma direção, pela busca de energia limpa e autossuficiência em energia, seja em gás ou diferentes fontes de energia renovável.

Ao longo dos últimos três anos, nós abrimos milhões de novos hectares para exploração de petróleo e gás, e hoje à noite, eu estou dirigindo meu governo para abrir mais de 75 por cento dos nossos recursos potenciais de petróleo e gás *offshore*. Agora a produção de petróleo norte-americano é a mais alta que já se fez em oito anos. É isso mesmo - em oito anos. Não só isso - no ano passado, dependemos menos do petróleo estrangeiro do que em qualquer um dos últimos 16 anos. Mas, com apenas 2 por cento das reservas de petróleo do mundo, o petróleo não é suficiente. Este país precisa de uma saída, a estratégia que desenvolve todas as fontes disponíveis de energia norte-americanas. Uma estratégia que é mais limpa, mais barata, e cheia de novos empregos. (OBAMA, 2012)

Uma parte importante nos discursos de Obama é a relação entre a energia limpa e renovável, com a criação de novos empregos, e a garantia de uma economia estável. Essa abordagem aconteceu em seus discursos anteriores e continuará acontecendo em futuros discursos.

Nossa experiência com o gás de xisto, a nossa experiência com o gás natural, nos mostra que os retornos sobre os investimentos públicos nem sempre vêm de imediato. Algumas tecnologias não se pagam; algumas empresas falham. Mas eu não vou desistir da promessa de energia limpa. [...] Eu não vou ceder a energia eólica ou solar ou da indústria baterias para a China ou a Alemanha porque nos recusamos a fazer o mesmo compromisso aqui. Nós temos subsidiado companhias petrolíferas durante um século. Isso é tempo suficiente. É hora de acabar com os brindes do contribuinte para uma indústria que raramente tem sido mais rentável, e dar uma chance para a indústria de energia limpa que nunca foi tão promissora. Aprovar créditos fiscais de energia limpa. Criar estes empregos. (OBAMA, 2012)

mentes em seus campos, e concentrem-se nos problemas mais difíceis em energia limpa, nós vamos financiar os projetos Apollo de nosso tempo.” (OBAMA, 2011)

O discurso também aborda a utilização de energia limpa dentro do Departamento de Defesa:

Nós também podemos estimular a inovação de energia com novos incentivos. As diferenças nesta câmara podem ser muito profundas agora para passar um plano abrangente para combater a mudança climática. Mas não há nenhuma razão para que o Congresso não deva, pelo menos, estabelecer um padrão de energia limpa que cria um mercado para a inovação. Até agora, o Congresso não agiu. Bem, esta noite, eu vou. Eu estou dirigindo minha administração para permitir o desenvolvimento de energia limpa em terras públicas suficiente para abastecer 3 milhões de casas. E tenho orgulho de anunciar que o Departamento de Defesa, que trabalha conosco, o maior consumidor mundial de energia, fará um dos maiores compromissos para a energia limpa na história - com a Marinha comprando capacidade suficiente para abastecer um quarto de milhão de casas por ano. (OBAMA, 2012)

Em 2013 destacou novamente a questão das mudanças climáticas, relacionadas ao desperdício de energia, energia limpa e autossuficiência em energia⁸¹. Neste mesmo ano, Obama fez um discurso na Universidade de Georgetown de sete mil palavras, falando sobre questões climáticas e de segurança energética americanas. Além de falar sobre as consequências das mudanças climáticas⁸², abordou o consumo energético dentro do Departamento de Defesa⁸³, e como a questão climática nem sempre foi uma questão partidária ao longo dos anos⁸⁴. E por fim, anunciou um novo plano contra mudanças

⁸¹ “Agora, a boa notícia é que nós podemos fazer progresso significativo sobre esta questão durante a condução de um forte crescimento econômico. Eu chamo este Congresso para ficarmos juntos, buscar uma solução baseada no mercado bipartidário às mudanças climáticas, como o que John McCain e Joe Lieberman trabalharam juntos há alguns anos atrás. Mas se o Congresso não agir logo para proteger as gerações futuras, eu vou. Eu vou dirigir o meu gabinete para chegar a ações executivas que podemos tomar, agora e no futuro, para reduzir a poluição, preparar nossas comunidades para as consequências das alterações climáticas, e acelerar a transição para fontes mais sustentáveis de energia. Há quatro anos, outros países dominaram o mercado de energia limpa e os trabalhos que vieram com ele. E nós começamos a mudar isso. No ano passado, a energia eólica adicionou quase a metade de toda a nova capacidade de energia nos Estados Unidos. Então vamos gerar ainda mais. A energia solar fica mais barata a cada ano - vamos reduzir os custos ainda mais.” (OBAMA, 2013)

⁸² “E sabemos que os custos destes eventos podem ser medidos em vidas perdidas e pelos meios de subsistência, casas perdidas, negócios perdidos, centenas de bilhões de dólares em serviços de emergência e de socorro perdido. Na verdade, para aqueles que já estão sentindo os efeitos da mudança climática não temos tempo para negá-los - eles estão ocupados lidando com isso. Bombeiros estão enfrentando mais temporadas de incêndios, e os estados e governo federal tem que descobrir como fazer um orçamento para isso. Eu tive que sentar em uma reunião com o Departamento do Interior e da Agricultura e algumas pessoas do resto da minha equipe apenas para descobrir como vamos pagar mais e mais caras estações de fogo”. (OBAMA, 2013b)

⁸³ “O Departamento de Defesa - o maior consumidor de energia na América - irá instalar três *gigawatts* de energia renovável em suas bases, gerando aproximadamente a mesma quantidade de energia elétrica a cada ano que se obtém a partir da queima de 3 milhões de toneladas de carvão”. (OBAMA, 2013b)

⁸⁴ “Como eu disse antes, as mudanças climáticas se tornaram uma questão partidária, mas nem sempre foi assim. Não foi há muito tempo que os republicanos lideraram o caminho em políticas inovadoras para resolver estas questões. Richard Nixon fundou a EPA. George H. W. Bush foi o primeiro presidente a declarar – “atividades humanas estão mudando o clima de forma inesperada e sem precedentes”. Alguém que nunca foge de um desafio, John McCain, apresentou um projeto de *cap-and-trade* (regime de

climáticas: “E é por isso que, hoje, eu estou anunciando um novo plano de ação climática nacional, e eu estou aqui para pedir a ajuda de sua geração para manter os Estados Unidos da América como um líder - um líder global - na luta contra as mudanças climáticas”. (OBAMA, 2013a)

O Plano de Ação Climática (*Climate Action Plan*⁸⁵) de Obama prevê o desenvolvimento acelerado e a implantação de tecnologias de energia limpa, incluindo geração de energia solar e eólica em terras públicas; atenção aos edifícios e aparelhos energeticamente eficientes; eficiência de combustível para veículos pesados; financiamento federal para endurecer a infraestrutura contra catástrofes induzidas pelo clima; e renovação da liderança dos EUA na diplomacia climática global. (OBAMA, 2013a)

Em 2014, além da já habitual abordagem quanto a questão do gás, Obama novamente destacou mudanças climáticas, e desta vez como algo certo e não mais com diferentes abordagens como no início de seu primeiro mandato.

E em conjunto, a nossa política energética está criando postos de trabalho e levando a um planeta mais limpo, mais seguro. Nos últimos oito anos, os Estados Unidos reduziram a poluição de carbono total mais do que qualquer outra nação na Terra. Mas temos que agir com mais urgência porque uma mudança climática já está prejudicando as comunidades ocidentais lutando com a seca e as cidades costeiras que lidam com inundações. É por isso que eu dirigi o meu governo para trabalhar com estados, serviços públicos e outros, para estabelecer novos padrões na quantidade de poluição de carbono nossas usinas estão autorizadas a despejar no ar. A mudança para uma economia de energia limpa não vai acontecer durante a noite, e vai exigir algumas escolhas difíceis ao longo do caminho. Mas o debate está resolvido. A mudança climática é um fato. E quando os filhos de nossos filhos nos olharem nos olhos e perguntar se nós fizemos tudo o que podíamos para um mundo mais estável e seguro, com novas fontes de energia, eu quero que sejamos capazes de dizer que sim, nós fizemos. (OBAMA, 2014)

Ao analisarmos estes discursos de Obama, chegamos à conclusão de que não apenas deu –se segmento a uma política com foco na segurança energética, como houve uma ampliação dos programas e legislação que buscam eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis.

A partir da administração Obama, os Estados Unidos vêm tentando se afastar do seu papel como obstrucionistas ambientais, e tentando ocupar um papel de liderança. Com o fim do Protocolo de Kyoto em 2012, um novo conjunto de mecanismos internacionais

comércio e limites de emissões) com base no mercado para diminuir a poluição de carbono”. (OBAMA, 2013b)

⁸⁵ O Plano de Ação Climática encontra-se disponível no sítio oficial da Casa Branca: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/image/president27sclimateactionplan.pdf>

serão pensados para o futuro e políticas internas são fundamentais para que os setores da administração tratem a questão como prioridade. (Global Strategic Assessment, 2009)

Para Barnett, a incorporação de questões ambientais são parte de uma estratégia para manter a relevância e legitimidade para o Departamento de Defesa, com um objetivo claro de justificar sua posição como guardiões do interesse nacional, manter despesas orçamentárias e colher os benefícios de relações públicas (BARNETT, 2001). Segundo Barnett, “a NSS, o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa, parecem interpretar a segurança ambiental como uma maneira de legitimar o governo americano em face a problemas ambientais urgentes. Ao implementar uma retórica verde o Estado fez um gesto simbólico o suficiente para aplacar as preocupações do público em geral e evitar uma crise de legitimidade” (BARNETT, 2001, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Internacional passou por importantes mudanças nos últimos anos, tendo destaque o fim da Guerra Fria, desmantelamento da União Soviética, ataques terroristas de 11/09, crise econômica mundial de 2008, e crescimento e desenvolvimento dos países emergentes. O fim do otimismo pós Guerra Fria e a securitização do terrorismo mudaram as relações entre os Estados Unidos e os mais diferentes atores.

A *National Security Strategy*, apesar de ser um documento declaratório, não deve ser considerada meramente um exercício formal. Na prática, ela serve como uma referência e justificativa para as escolhas políticas reais. Os documentos representam uma ampla coleção de diferentes pontos de vistas expressos em documentos oficiais expedidos por uma variedade de membros e repartições da burocracia governamental estadunidense, que oferecem uma síntese provisória de diferentes crenças, se não contraditórias de autoridades norte-americanas dentro da administração. Da mesma maneira as ameaças apresentadas na NSS são consideradas existenciais, sugerindo que as táticas discursivas justificam a abordagem gerencial militar na política mundial (BARNETT, 2001).

“O fato de que as preocupações de segurança ambiental já estavam presentes antes e durante a Guerra Fria torna mais fácil compreender por que o tema ganhou destaque após a Guerra Fria, com o final de 'sobreposição' militar tais questões estavam em aberto e prontas para serem (re)evocadas”. (FLOYD, 2010, p.68). Analisando a presença da temática ambiental em tais documentos podemos notar a clássica posição norte-americana, apresentada em conferências internacionais como a Rio-92, e sua defesa a não emissão de gases de efeito estufa, juntamente com a não assinatura do Protocolo de Kyoto no ano de 1997, apresentados pelo governo Clinton, para uma então mudança de postura na estratégia de Barack Obama, pelo menos em questões retóricas quanto à divisão equitativa de responsabilidades ambientais, indo de encontro aos países do sul com responsabilidades compartilhadas.

Se na NSS as ameaças aparecem de uma maneira mais evidenciada, no *State of the Union Address* o contrário parece ocorrer, isso em função do tipo de abordagem e o objetivo mais generalizante e proponente. Ao analisar o *State of the Union Address* dos quatro últimos governos norte-americanos, podemos ver uma evolução no quesito meio ambiente.

A hipótese deste trabalho, de que o aparelho militar burocrático norte-americano formula o conceito de Segurança Ambiental como uma maneira de legitimar o governo

em face à sensibilidade da população norte-americana, é verdadeira em partes. As diferentes administrações no pós-Guerra Fria introduziram questões ambientais como ameaças à segurança nacional dos Estados Unidos de diferentes formas e intensidades.

Se no governo George H. Bush meramente são citadas, no governo de Bill Clinton estas questões não só aparecem como faz-se a relação entre segurança e degradação ambiental, passando-se a incluir novas questões ambientais nos discursos, como a preocupação com a despoluição de determinadas áreas, e a incorporação de determinadas questões ambientais, como mudança climática, aquecimento global e eficiência energética. Outro tópico que passa a ser decorrente é a então ligação entre eficiência energética e o estado da economia (ou comércio, mais especificamente) nos discursos, sempre sendo mencionados nos discursos das administrações tanto de republicanos quando de democratas.

O governo de Bush estava focado na guerra contra o terrorismo, e mesmo questões ambientais não serem o foco do seu mandato elas ainda aparecem consideravelmente em seus discursos. Com o fim da Guerra Fria, questões ambientais foram mais uma das novas ameaças que surgiram para justificar o aparato militar. Com os ataques de 11/09 e a “guerra ao terror”, George W. Bush muda o foco abrangente das questões ambientais para questões de escassez e limite de recursos renováveis, ligados diretamente a economia, e ligados então ao conceito de segurança energética.

A administração Obama voltou-se para questões consideradas a margem pelo governo anterior. Palavras como adaptação e releitura tem sido algo recorrente nos discursos de Obama, o que explica a tonalidade mais cooperativa e maior receptividade a críticas e a busca por uma nova credibilidade estadunidense. Podemos ver seu foco na questão da mudança climática e na chamada independência energética ou segurança energética, aumentando níveis de regulamentação e de fontes de energia alternativa.

REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS

BARBOSA, Luciana Mendes Barbosa. **Explorando a Construção de Ameaças: A securitização das mudanças climáticas no sistema internacional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008.

BARNETT, Jon. **The meaning of environmental security: ecological politics and policy in the new security era**. New York: Zed Books, 2001a.

_____. Security and Climate Change. **Tyndall Centre for Climate Change Research**. Working Paper No. 7. Out, 2001b.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. VARELLA, Marcelo Dias. SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.47, nº 2, p.100-130, 2004.

Basel Convention on the Control of Transboundary Movements of Hazardous Wastes and their Disposal. 1989. Disponível em: <<http://www.basel.int/text/con-e-rev.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

BAYLIS, John. SMITH, Steve. OWENS, Patricia (Eds). **The Globalization of World Politics: An introduction to international relations**. Oxford University Press, 2008.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRAUCH, H. G.; OSWALD SPRING, Ú.; MESJASZ, C.; GRIN, J.; DUNAY, P.; BEHERA, N. C.; CHOUROU, B.; KAMERI-MBOTE, P.; LIOTTA, P. H. (Ed.). **Globalization and environmental challenges: reconceptualizing security in the 21st century**. New York: Springer, 2008.

BRAUCH, Hans Günter. Introduction: globalization and environmental challenges: reconceptualizing security in the 21st century. In: BRAUCH, H. G.; OSWALD SPRING, Ú.; MESJASZ, C.; GRIN, J.; DUNAY, P.; BEHERA, N. C.; CHOUROU, B.; KAMERI-MBOTE, P.; LIOTTA, P. H. (Ed.). **Globalization and environmental challenges: reconceptualizing security in the 21st century**. New York: Springer, 2008. p. 27-44.

BRIGAGÃO, Clóvis. Prevenir, Manter e Construir a Paz: Novos Desafios à Segurança Internacional. In: DUPAS, Gilberto. VIGEVANI, Tullo. **O Brasil e as Novas Dimensões de Segurança Internacional**. Alfa-Omega/Papesp, 1999. p.117-124.

BOJIKIAN, Neusa Maria Pereira. Segurança energética dos Estados Unidos: As percepções de desafios na América Latina. In AYERBE, Luis Fernando. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. Unesp, 2009. p. 109-131.

BRANDÃO, Héber Araújo; DIAS, Patricia Dantas. **Análise do Discurso da Campanha Publicitária de Barack Obama nas eleições norte americanas**. 2009. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-heber-discurso-obama.pdf. Acesso em: 20 ago. 2013

BROWN, Lester. **Redefining national security**. Washington: Worldwatch Institute, WorldWatch Paper 14, 1977.

BUZAN, Barry. HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

BUZAN, Barry. Rethinking security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, v. 32, n. 1, p. 5-28, 1997.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rt>> Acesso em: 29 mar. 2011.

CEPIK, Marco. Segurança nacional e segurança humana: problemas conceituais e consequências políticas. **Security and Defense Studies Review**. Washington DC: Center for Hemispheric Defense Studies, v.1, p.7-34.

CINTRA, Rodrigo, PEREIRA, Demétrius Cesário. Fatores que influenciam na tomada de decisão em política externa. In: DINIZ, Eugenio (org.). **Estados Unidos: Política externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2009. p. 145-164.

CNA – Center for Naval Analysis. National security and the threat of climate change. **CNA Corporation**, 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org/sites/default/files/National%20Security%20and%20the%20Threat%20of%20Climate%20Change%20-%20Print.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2013

CROFT, Stuart. What Future for Security Studies? In: WILLIAMS, Paul D. (Ed). **Security studies: an introduction**. London and New York: Taylor & Francis Group, 2008

DABELKO, G. D. State of art review of environment, security and development cooperation. **OECD**, 2000. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/8/51/2446676.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

DALBY, Simon. Environmental Change. In: WILLIAMS, Paul D. (Ed). **Security studies: an introduction**. London and New York: Taylor & Francis Group, 2008. p. 260-273.

DEUDNEY, Daniel. Environment and Security: Muddled Thinking. **Bulletin of Atomic Scientists**. 1990. April. P. 23 – 28.

_____. The case Against Linking Environmental Degradation and National Security, **Millennium**, v. 19, n. 3, 1990

DUARTE, Lílian Cristina Burlamaqui. A Política Ambiental Internacional: Uma Introdução. **Cena Internacional**. Ano 6. Número 1. Jun 2004. p. 4-12.

DODDS, Felix; PIPPARD, Tim. **Human and Environmental Security: An Agenda for Change**. London: Earthscan, 2005.

ECKERSLEY, Robyn. Ambushed: The Kyoto Protocol, the Bush Administration's Climate Policy and the Erosion of Legitimacy. **International Politics**, 2007, 44, p. 306–324.

FALKNER, Robert. **The Handbook of Global Climate and Environment Policy**. 2013. John Wiley & Sons, Ltd.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional. In: Lessa, Renato (Org.) **Horizontes das Ciências Sociais, a Ciência Política**. Petrópolis: Vozes, 2010. pp. 271-295.

FLOYD, Rita. The environmental security debate and its significance for climate change. **The International Spectator**, v. 43, n. 3, p. 51-65, 2008.

_____. **Security and the Environment: Securitisation Theory and US Environmental Security Policy**. Cambridge University Press, 2010.

FONSECA, Fúlvio Eduardo. As Negociações Multilaterais sobre o Aquecimento Global: uma nova Guerra Fria? In: **CONSUR/ENERI, XIII**, 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://www.faap.br/conosureneri/pdf/cetag4.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

GEORGE, Jim. CAMPBELL, David. Patterns of Dissent and the Celebration of Difference: Critical and Social Theory and International Relations. **International Studies Quarterly**, 1990, v. 34, nº. 3, pp. 269-293.

GOODMAN, Sheri. W. Military Capabilities and Possible Missions Related to Environmental Security. **Environmental Change and Security Project Report no. 2**. Washington DC: Woodrow Wilson Center, 1996.

GOLDSTONE, Jack. Debate. **Environmental Change and Security Project Report**. Washington DC: The Woodrow Wilson Center, 1996.

GRÆGER, Nina. Environmental Security? **Journal of Peace Research**. 1996 33(1). P. 109 – 116.

HAINÉ, Jean-Yves; LINDSTORM, Gustav. An analysis of The National Security Strategy of the United States of America. **European Union Institute for Security Studies**. 2002. Disponível em: <www.iss.europa.eu/publications/detail/article/an-analysis-of-the-national-security-strategy-of-the-united-states-of-america/> Acesso em: 12 dez. 2012.

HAMPSON, Fen Osler. Human Security. In: WILLIAMS, Paul D. (ed.). **Security Studies: an introduction**. London and New York: Taylor & Francis Group, 2008.

HENRIQUE, Renata Tavares. A Cooperação no Regime de Mudanças Climáticas. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.3, n.2, 2009, p. 155-182.

HOLLAND, Steven. Obama Says Climate Change a Matter of National Security. **Reuters**, 9 de dezembro, 2008. Disponível em: www.reuters.com/article/environmentNews/idUSTRE4B86R920081209 Acesso em: 14 mar. 2013.

Institute for National Strategic Studies. **Global Strategic Assessment 2009: America's Security Role in a Changing World**. Disponível em: www.ndu.edu/inss/index.cfm. Acesso em: 29 abr. 2013.

KOLODZIEJ, Edward A. Renaissance in Security Studies? Caveat Lector! **International Studies Quarterly**. v. 36, n°. 4, 1992, pp. 421-438.

KRAIG, Michael R. Nuclear deterrence in the developing world: a game-theoretic treatment. **Journal of Peace Research**. 1999, v. 36, n°2, pp. 141-167.

LEIS, Héctor Ricardo. D'AMATO, José Luís. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262, p.43-60. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rt>> Acesso em: 29 mar. 2011.

LEVY, Marc A. Is the Environment a National Security Issue? **International Security**, v.20, 35-62, 1995.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A década das conferências**. Brasília: IBRI, 2009.

MacFARLANE, S. Neil; KONG, Yuen Foong. **Human Security and the UN: A Critical History**. Indianapolis: Indiana University Press, 2006.

MATHEWS, Jessica T. Redefining security. **Foreign Affairs**, v. 68, n. 2, p. 162-177, 1989.

MEADOWS, Donella. MEADOWS, Dennis. **The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia: Meio ambiente, fronteiras e segurança. In MARTINS, Estevão C. R.; KERN, Felipe M. **As Relações Internacionais da fronteira norte do Brasil**. Boa Vista: Editora UFRR, 2011. p. 61-84.

MYERS, Norman. Environment and security. **Foreign Policy**, v. 74, p. 23-41, 1989.

ORLANDI, Eni P. O Estatuto do Texto na História da Reflexão sobre a Linguagem. In: ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 73-98.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **O Brasil e a Segurança na América do Sul**. Juruá Editora, 2009.

POWELL, Robert. Nuclear deterrence theory, nuclear proliferation, and national missile defense. **International Security**. 2003, v.27, n° 4, pp. 86–118.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Relatório – Perspectivas do Meio Ambiente Mundial (GEO-3): Passado, Presente e Futuro**. IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e UMA- Universidade Livre da Mata Atlântica. 2004. Disponível em: <<http://www.wwiuma.org.br/>> Acesso em: 29 mar. 2011.

Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. 1997. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto.php> Acesso em: 01 mar. 2011.

Report of The World Commission on Environment And Development: Our Common Future. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>.> Acesso em: 13 mar.2011.

REVESZ, Richard L; SANDS, Philippe; STEWART, Richard B. (eds.). **Environmental Law, the Economy and Sustainable Development: The United States, the European Union and the International Community**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RØNNFELDT, Carsten F. Three Generations of Environment and Security Research. **Journal of Peace Research**. 1997. Vol. 34, No. 4. 473-482.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional. Mudanças frente ao terrorismo? **Civitas**. Porto Alegre: 2005, v. 5 n. 2, p. 297-

SAPOLSKY, Harvey M.; GHOLZ, Eugene; TALMADGE, Caitlin. **US defense politics: the origins of security policy**. New York: Routledge, 2009.

SIMON, J. L. Pre-debate Statement: Julian Simon. In: MYERS, N; SIMON, J. L. **Scarcity or Abundance? A debate on the Environment**. New York: Norton, 1994.

_____. Closing Statement by Julian Simon. In: MYERS, N; SIMON, J. L. **Scarcity or Abundance? A debate on the Environment**. New York: Norton, 1994.

SHOGAN, Colleen J.; NEALE, Thomas H. CRS Report for Congress. The President's State of the Union Address: Tradition, Function, and Policy Implications. 2014. Disponível em: <http://fas.org/sgp/crs/misc/R40132.pdf> Acessado em: 01 fev. 2014

SNIDER, Dom M. *The National Security Strategy: Documenting Strategic Vision*. **Strategic Studies Institute**. Washington D.C. 15 mar. 1995. Disponível em: <http://www.comw.org/qdr/stratissues.html>

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Pontos de Contato ou de Atrito? Documentos de Defesa Nacional do Brasil e dos Estados Unidos. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 3, nº. 11. 2012.

TANNO, Grace. **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro: 2003, vol.25, no 1, pp.47-80.

TRENELL, Paul. **The (im)possibility of environmental security**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos de Segurança) – University of Wales, Aberystwyth, 2006. Disponível em: <<http://cadair.aber.ac.uk/dspace/handle/2160/410>>.

TROMBETTA, Maria Julia. The securitization of the environment and the transformation of security. **Standing Group on International Relations Conference**, Turin, 2006. Disponível em: <http://turin.sgir.eu/uploads/Trombetta-the_securitization_of_the_environment_and_the_transformation_of_security.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. Environmental security and climate change: analysing the discourse. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 21, n. 4, p. 585-602, 2008.

TSEBELIS, George. **Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Vienna Convention for the Protection of the Ozone Layer. 1985. Disponível em: <<http://www.unep.org/ozone/vc-text.shtml>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

VILLA, Rafael Antônio Duarte. Segurança Internacional: Novos atores e ampliação da agenda. **Lua Nova**, nº34, p. 71-86, 1994. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=f44pmLV6sTMC&pg=PA1&as_pt=MAGAZIN ES&source=gbs_toc&cad=2#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 10 fev. 2011.

VOGLER, John. Environmental Issues. In: BAYLIS, John. SMITH, Steve. OWENS, Patricia (Eds). **The Globalization of World Politics: An introduction to international relations**. Oxford University Press, 2008.

United Nations Convention on the Law of the Sea. 1982. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2011.

ULLMAN, Richard H. Redefining security. **International Security**, v. 8, n. 1, p. 129-153, 1983.

WALT, Stephen M. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**. 1991 vol. 35, nº. 2, pp. 211-239.

WATSON, Cynthia A. **US National Security: A Reference Handbook**. Santa Barbara: ABC-CLIO, Inc, 2002.

WILLIAMS, Paul D. (ed.). **Security Studies: an introduction**. London and New York: Taylor & Francis Group, 2008.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Departamento de Estado. Environmental Diplomacy: The Environment and US Foreign Policy. 1997. Disponível em: www.state.gov/www/global/oes/earth.html [7/2005].

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 1987

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 1988

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 1990

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 1991

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 1993

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy of Engagement and Enlargement, 1994

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy of Engagement and Enlargement, 1995

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 1996

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 1997

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 1998

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy for a New Century, 1999.

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 2001

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 2002.

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 2006

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy, 2010

OBAMA, Barack. **The President's Climate Action Plan**. The White House. Washington, DC. Junho, 2013a.

DISCURSOS OFICIAIS

BUSH, George H. **State of the Union Address** Discurso em 31 de janeiro, 1990

BUSH, George H. **State of the Union Address** Discurso em 29 de janeiro, 1991

- BUSH, George H. **State of the Union Address** Discurso em 28 de janeiro, 1992
- BUSH, George W. **State of the Union Address.** Discurso em 29 de janeiro, 2002
- BUSH, George W. **State of the Union Address.** Discurso em 28 de janeiro, 2003
- BUSH, George W. **State of the Union Address.** Discurso em 20 de janeiro, 2004
- BUSH, George W. **State of the Union Address.** Discurso em 2 de fevereiro, 2005
- BUSH, George W. **State of the Union Address.** Discurso em 31 de janeiro, 2006
- BUSH, George W. **State of the Union Address.** Discurso em 23 de janeiro, 2007
- BUSH, George W. **State of the Union Address.** Discurso em 28 de janeiro, 2008
- CLINTON, William J. **State of the Union Address.** Discurso em 24 de janeiro, 1994
- CLINTON, William J. **State of the Union Address.** Discurso em 24 de janeiro, 1995
- CLINTON, William J. **State of the Union Address.** Discurso em 23 de janeiro, 1996
- CLINTON, William J. **State of the Union Address.** Discurso em 4 de fevereiro 1997
- CLINTON, William J. **State of the Union Address.** Discurso em 27 de janeiro, 1998
- CLINTON, William J. **State of the Union Address.** Discurso em 19 de janeiro, 1999
- CLINTON, William J. **State of the Union Address.** Discurso em 27 de janeiro, 2000
- GOODMAN, Sherri Wasserman. Deputy Undersecretary of Defense for Environmental Security. **The Environment and National Security** Washington, D.C., 8 de agosto, 1996.
- OBAMA, Barack. **Climate Change Speech.** Discurso para a Georgetown University, Washington, DC, 25 de junho, 2013b.
- OBAMA, Barack. **State of the Union Address.** Discurso em 27 de janeiro, 2010.
- OBAMA, Barack. **State of the Union Address.** Discurso em 25 de janeiro, 2011.
- OBAMA, Barack. **State of the Union Address.** Discurso em 24 de janeiro, 2012.
- OBAMA, Barack. **State of the Union Address.** Discurso em 12 de fevereiro, 2013c.
- OBAMA, Barack. **State of the Union Address.** Discurso em 28 de janeiro, 2014.